

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

TATIANE DOS SANTOS ALVES

DISCURSO E RELIGIÃO: MARCELO CRIVELLA NA MÍDIA BRASILEIRA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

TATIANE DOS SANTOS ALVES

DISCURSO E RELIGIÃO: MARCELO CRIVELLA NA MÍDIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Sentido, Significado e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

Alves, Tatiane dos Santos.

A482d Discurso e religião: Marcelo Crivella na mídia brasileira. /
Tatiane dos Santos Alves, 2018.
74f.

Orientador (a): Dra. Edvania Gomes da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística
– PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.
Inclui referência F. 73 – 74.

1. Discurso e memória. 2. Política e religião. 3. Sujeito
político – Marcelo Crivella- Mídia. I. Silva, Edvania Gomes
da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa
de Pós- Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 401.44

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Speech and religion: Marcelo Crivella in the Brazilian media

Palavras-chave em inglês: Discourse. Memory. Politic. Media.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB); Prof. Dr. Wedenley Alves Santana (UFJF)

Data da defesa: 23 de março de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

TATIANE DOS SANTOS ALVES

DISCURSO E RELIGIÃO: MARCELO CRIVELLA NA MÍDIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística

Data da aprovação: 23 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Edvania Gomes da Silva

Profa. Dra Maria da Conceição Fonseca-Silva
Instituição: UESB

Ass.: [Assinatura]

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana
Instituição: UFJF

Ass.: Wedencley Alves Santana

*À minha mãe, Neusa.
Aos meus avós, Alamira e João.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pela oportunidade de cursar a Graduação em Letras, e o Mestrado em Linguística no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela bolsa concedida, sem a qual a pesquisa seria mais difícil.

À professora Dra. Edvania Gomes da Silva, pela orientação, pelos ensinamentos, cuidado e incentivo desde a Iniciação Científica. Agradeço imensamente pelo acompanhamento e por ter acreditado em mim e no meu trabalho durante todos esses anos.

Aos professores membros da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Profa. Dra. Gerenice Ribeiro Cortes, pelas valiosas contribuições.

Aos professores da banca de defesa, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Prof. Dr. Wedencley Alves Santana, por aceitarem participar da Banca de Defesa e pelas contribuições dadas a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). À coordenação e a todos os professores que fazem parte do mesmo, exercendo um excelente trabalho, com dedicação e seriedade.

Aos funcionários do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pela atenção e presteza sempre.

Agradeço imensamente à minha família: minha mãe, Neusa, e meus avós, Alamira e João, pelo apoio, cuidado, carinho. Por sempre acreditarem nos meus sonhos e na minha capacidade de realizá-los.

Aos demais familiares: tios e primos, pelo incentivo.

Aos colegas do Mestrado, especialmente às colegas da Linha 3: Milca, Thiane, Graciete, Patrícia, Ana Cláudia, Poliana, Hayat e Jokasta, pelo conhecimento partilhado e companheirismo durante esse período.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), pelo profícuo convívio.

Aos meus amigos, pelo apoio e incentivo, por compreenderem minhas ausências; pelas palavras de conforto nos momentos difíceis. Às minhas amigas (irmãs que a vida me deu), Lêda e Lígia, pelo apoio, carinho e acolhimento; Luciana, a quem sou grata pelo carinho e cuidado; Sheila e Tamile, pelo apoio, carinho, e tantos momentos alegres; aos colegas da Graduação, especialmente Ingrid e Raeltom, pela amizade.

À Rosana e família por me acolherem tão bem quando precisei viajar para Recife.

Por fim, e MAIS IMPORTANTE, agradeço Àquele responsável por tudo na minha vida: DEUS. É Ele que me dá forças e coragem pra lutar pelos meus sonhos. Agradeço-Lhe por colocar pessoas tão especiais na minha vida; e também por me ajudar a superar todos os obstáculos e tirar deles aprendizado e forças pra seguir em frente.

Enfim, a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, muito obrigada!!

RESUMO

Nesta dissertação, com base no dispositivo teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, verificamos como a campanha de Marcelo Crivella foi discursivizada nas eleições do Rio de Janeiro em 2014 e em 2016. Para tanto, analisamos matérias jornalísticas (reportagens, notícias, artigos de opinião, etc.) publicadas nos *sites* dos seguintes jornais e revistas: *Jornal O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Uol*, *GI*, *Carta Capital* e *Veja*. O recorte temporal do referido material tem início no período das campanhas para as eleições de 2014, quando Crivella disputou o governo do Estado do Rio de Janeiro, e vai até a vitória do candidato nas eleições municipais de 2016. A hipótese do trabalho é a de que, para grande parte da mídia, o sujeito político Marcelo Crivella é apresentado como estando vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus e, conseqüentemente, ao seu tio Edir Macedo, mesmo que tal relação tenha sido, em alguma medida, negada nas campanhas para o governo do Estado e para prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Dessa forma, objetivamos analisar os discursos que circulam em grande parte da mídia e que retomam/reconfiguram a imagem de Marcelo Crivella como estando subjetivado tanto na posição-sujeito político quanto na posição-sujeito religioso, além de mostrarmos que a eleição do candidato é discursivizada no material selecionado para esta dissertação como uma vitória política da IURD, a qual é vista como uma instituição político-partidária.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso. Memória. Política. Mídia.

ABSTRACT

In this dissertation, based on the theoretical-methodological field of the French Discourse Analysis we analyze how Marcelo Crivella's campaign was transformed into discourse in Rio de Janeiro elections in 2014 and in 2016. In order to accomplish this work, we analyzed articles (reports, news, opinion pieces, etc.) published on the websites belonging to the following online news: *Jornal O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estadio*, *Uol*, *G1*, *Carta Capital* and *Veja*. The period containing this material is from 2014 elections period, when Crivella ran for Rio de Janeiro state governor, to the candidate's victory in the municipal elections of 2016. This work hypothesis is that Marcelo Crivella is associated with the Universal Church of the Kingdom of God and, consequently, to his uncle Edir Macedo, even though such a relation has been denied anyway in the campaigns for state government and for municipal government in Rio de Janeiro state and city. Therefore, we aim to analyze the discourses that circulate in part of the media and that reconfigure Marcelo Crivella's as an element of subjectivity in both political and religious position. Besides that, we show that the candidate's election is transformed into discourse in the media as a political victory of the UCKG, which is seen as a political party institution.

KEYWORDS

Discourse. Memory. Politic. Media.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
DEM	Democratas
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FD	Formação Discursiva
GPADIS	Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGLIN	Programa de Pós-graduação em Linguística
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações gerais: definição do problema de pesquisa e da hipótese	11
1.2 Sobre o Corpus.....	14
1.3 Organização dos capítulos.....	16
2 SUJEITO E SENTIDO: POSIÇÃO-SUJEITO E EFEITOS DE SENTIDOS MATERIALIZADOS NA MÍDIA ACERCA DE MARCELO CRIVELLA	18
2.1 Considerações iniciais.....	18
2.2 Sobre a noção de sujeito	19
2.3 Análise dos dados: posição-sujeito e efeito-sentido na campanha de Crivella em 2014	27
2.4 Análise dos dados: posição-sujeito e efeito-sentido na campanha de Crivella em 2016	33
2.5 Considerações sobre posição-sujeito efeitos de sentido nas reportagens de 2014 e 2016.....	39
3 POLÍTICA E RELIGIÃO: A DISCURSIVIZAÇÃO MUDIÁTICA DASCAMPANHAS ELEITORAIS DE MARCELO CRIVELLA	41
3.1 Considerações iniciais.....	41
3.2Discurso e Memória	42
3.2.1 Sobre a noção de discurso	42
3.2.2 Sobre os lugares de memória discursiva.....	45
3.3 Análise do <i>corpus</i>: o funcionamento da memória discursiva na campanha de Marcelo Crivella em 2014.....	47
3.3.1 Análise dos dados de 2016	52
3.4 Sobre a discursivização midiática das campanhas eleitorais de Marcelo Crivella....	68
4 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações gerais: definição do problema de pesquisa e da hipótese

Nesta introdução, apresentamos os dados da pesquisa que deu origem a esta dissertação. Trata-se, mais especificamente, de mostrar como procedemos desde a constituição do *corpus* até a seleção e análise do mesmo. Apresentamos também uma síntese dos capítulos que compõem esta dissertação.

Atualmente, na política brasileira, a inserção de pessoas que têm algum vínculo com instituições religiosas tem se tornado cada vez mais recorrente. O número de cristãos evangélicos inseridos no cenário político brasileiro tem crescido muito nos últimos anos. E aquele discurso materializado no enunciado “crente não participa de política”, o qual funciona como um contra-discurso para o enunciado “crente participa de política”, vem se modificando e hoje o que vemos é a emergência de um discurso segundo o qual “irmão vota em irmão”.

Recentemente, nas eleições municipais de 2016, vimos, em uma grande metrópole do país, a eleição de um candidato evangélico a um cargo executivo, o de prefeito. Trata-se de Marcelo Crivella do Partido Republicano Brasileiro (PRB), senador, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que foi eleito no município do Rio de Janeiro. Marcelo Crivella saiu vitorioso após disputar com Marcelo Freixo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) o segundo turno das eleições de 2016. Na campanha que levou Crivella à vitória, vimos, por um lado, a aproximação da imagem do referido político, feita por parte da mídia¹, da imagem do líder da IURD, Edir Macedo; e, por outro lado, verificamos o distanciamento cauteloso, feito por parte dos marqueteiros da campanha de Crivella, para que, na citada campanha, houvesse uma separação do referido candidato da imagem de bispo e sobrinho de Edir Macedo. Esse jogo de aproximação e distanciamento permitiu a elaboração de algumas questões acerca da participação de sujeitos religiosos na política.

¹ É importante salientar que, embora nos refiramos à mídia, houve um recorte, uma vez que não é possível analisar tudo. Dessa forma, não podemos afirmar que houve um discurso único feito pela mídia, de modo geral, uma vez que o *corpus* da pesquisa que resultou neste trabalho é composto por reportagens/textos/notícias dos sites que selecionamos, a saber: as revistas *Carta Capitale Veja*, a versão brasileira do jornal *El País*, e os jornais brasileiros *Estadão*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal Extra*, *O Globo*, o site de notícias *G1* e o portal *Uol*. Em outras palavras, uma vez que não analisamos a mídia jornalística escrita em sua totalidade (faltou, por exemplo, o Portal R7, o qual, não foi selecionado justamente por pertencer ao grupo da TV Record, que é controlado por Edir Macedo e pela IURD), seria um erro afirmar que houve uma aproximação da relação de Crivella com Edir Macedo pela mídia. Diante disso, salientamos que o uso do termo mídia faz referência apenas aos sites nos quais coletamos os dados para análise e não à mídia em geral.

Durante a recente campanha de Marcelo Crivella, foi possível verificar uma memória vinculada à relação desse candidato com a Igreja Universal do Reino de Deus, principalmente, por grande parte da mídia que enfatizou o posicionamento do candidato em anos anteriores em assuntos como a questão Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) e a forma como Crivella tratava as religiões de matriz africana. Nesse sentido, a mídia, investigava o passado de Crivella e trazia à tona fatos supostamente comprometedores. Assim, o, à época, senador buscou se equilibrar entre um passado com pregações demonizadoras e a campanha de um candidato ecumênico. Foi possível verificar também que a candidatura de Crivella em 2014 para o governo do Rio de Janeiro era, muitas vezes, mencionada em reportagens sobre a campanha de 2016. Por esse motivo, surgiu a necessidade de verificar ainda como o sujeito político Marcelo Crivella foi discursivizado pela mídia também em 2014. Nesse sentido, verificamos que houve uma discursivização, por parte da mídia, que estabelecia uma relação do candidato com o campo religioso neopentecostal, bem como com a Igreja Universal do Reino de Deus.

Dessa forma, no trabalho aqui apresentado, e que está vinculado ao projeto temático “Sentidos, sujeitos e religiões na relação com diferentes campos discursivos”, analisamos excertos de reportagens que discursivizam sobre Marcelo Crivella, veiculados na/pela mídia em 2014 e em 2016, durante as eleições estaduais e municipais, respectivamente, a fim de respondermos às seguintes questões-problema: Quais efeitos de sentido emergem das reportagens(matérias jornalísticas, notícias, artigos de opinião) que tratam das candidaturas de Marcelo Crivella ao governo e à prefeitura do Rio de Janeiro? Qual memória é retomada/reconfigurada por essas matérias jornalísticas?

Com base nessas perguntas de pesquisa, elaboramos as seguintes hipóteses de trabalho: i) o sujeito político Marcelo Crivella é discursivizado nos dados analisados a partir da relação desse sujeito político com a IURD e, conseqüentemente, com o seu tio Edir Macedo. Todavia, tal relação foi negada durante as campanhas de 2014 e de 2016; ii) esse jogo entre afirmação e negação deve-se a um funcionamento discursivo presente na sociedade, o qual remete a uma memória, que condena o vínculo entre política e religião.

Partindo das referidas hipóteses, objetivamos analisar quais discursos encontram-se materializados acerca do sujeito político Marcelo Crivella nas eleições estaduais e municipais do Rio de Janeiro. A esse objetivo geral, vinculam-se os seguintes objetivos específicos: i)estudar os discursos que circulam em certa mídia escrita (aquela selecionada como *corpus* desta dissertação) e que retomam/reconfiguram a imagem de Marcelo Crivella com base na sua relação com a IURD; ii)analisar se nas reportagens veiculadas durante as campanhas, há

uma dupla identificação (político e religioso) do candidato com certos lugares ideológicos; iii) verificar se (e até que ponto) a eleição do referido candidato é discursivizada nos dados analisados como uma vitória política da IURD, a qual é vista como uma instituição político-partidária.

Vale salientar que, desde as análises preliminares, verificamos que grande parte da mídia, com base na relação entre Crivella e a IURD, discursivizou a campanha do referido sujeito político como sendo uma estratégia da Igreja Universal do Reino de Deus para alcançar o poder político. Nesse sentido, mesmo que Crivella buscasse se distanciar da imagem de membro da referida denominação religiosa, há uma memória funcionando segundo a qual existe uma forte relação entre Crivella e a IURD.

Para analisar como se deu a discursivização do sujeito político-religioso Marcelo Crivella nas eleições estaduais (2014) e municipais (2016), mobilizamos, nesta dissertação, os pressupostos teórico-metodológicos da Escola Francesa de Análise de Discurso (doravante AD), a qual postula, dentre outros conceitos operacionais, a noção de sujeito estrutura. Tal conceito diz respeito à posição que o sujeito assume na estrutura social quando é interpelado por uma ideologia e também pelo inconsciente.

Além da leitura de textos que fundamentam o arcabouço teórico-metodológico da AD, tomamos como base também a análise de textos que tratam do discurso midiático, uma vez que nosso objetivo é justamente verificar os discursos que circulam na mídia, bem como estudos que analisam a relação entre os campos político e religioso, como por exemplo, Machado(2006, p. 11), a qual defende, no livro *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*, que:

/.../ nas sociedades contemporâneas, a mídia em geral tem a função fundamental de intermediar a relação dos cidadãos comuns com a política e que, justamente por isso, é importante trabalhar essa dimensão nas análises de processos eleitorais.

A autora faz um estudo acerca da participação dos evangélicos nas eleições, pois entende que a crescente participação dos evangélicos na política é um fenômeno que desperta cada vez mais a atenção e a preocupação de diversos setores da sociedade que se interessam pela vida política brasileira.

1.2 Sobre o Corpus

O *corpus* da pesquisa que resultou neste trabalho foi constituído por textos (reportagens, notícias, etc.), veiculados em diversos jornais e revistas, a saber: as revistas *Carta Capital*² e *Veja*³, a versão brasileira do jornal *El País*⁴, e os jornais brasileiros *Estadão*⁵, *Folha de S. Paulo*⁶, *Jornal Extra*⁷, *O Globo*⁸, o site de notícias *GI*⁹ e o portal *Uol*¹⁰, todos em suas versões online, no período eleitoral de 2014 (nos meses de setembro e outubro de 2014) e também o que foi discursivizado no período eleitoral de 2016 (de setembro a novembro de 2016).

Esse *corpus* foi constituído porque compreendemos, com base em Machado (2006), que, nas sociedades contemporâneas, a mídia tem o importante papel de intermediar a relação dos cidadãos com a política, e por isso, ainda segundo a referida autora, é importante trabalhar essa dimensão nas análises dos processos eleitorais. Para Bonelli¹¹:

A atuação dos jornais, por exemplo, não constitui apenas um meio de informação, mas transformam-se muitas vezes em fatos de campanha, sendo incorporadas no discurso dos candidatos, que, dependendo da situação, ora criticam as reportagens, ora utilizam-se das mesmas, visando capitalizá-las politicamente em favor de suas candidaturas (BONELLI, 1996, p. 85 *apud* MACHADO, 2006, p. 11).

Sendo assim, reconhecemos a importância de se trabalhar a mídia e sua intermediação com a sociedade em relação à política.

A escolha de mídias *online* se deve ao fato de que a internet é um dos meios de comunicação que mais cresce atualmente, facilitando o acesso a um maior número de textos para a coleta do *corpus*, além de permitir o contato com diversas notícias/reportagens atualizadas. Além disso, consideramos, com base em Fonseca-Silva (2007a), que, na sociedade contemporânea, a mídia é um lugar de memória discursiva¹², por isso defendemos

² Site: www.cartacapital.com.br

³ Site: www.veja.abril.com.br

⁴ Site: www.brasil.elpais.com

⁵ Site: www.estadao.com.br

⁶ Site: www.folha.uol.com.br

⁷ Site: www.extra.globo.com

⁸ Site: www.oglobo.globo.com

⁹ Site: www.g1.globo.com

¹⁰ Site: www.uol.com

¹¹ BONELLI, M. C. G. O retrato da política: cobertura jornalística e eleições. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra capa, 1996.

¹² O conceito de lugar de memória discursiva foi desenvolvido por Fonseca-Silva (2007b) ao operar um deslocamento dos conceitos de domínio de memória (FOUCAULT, 1969), memória discursiva (COURTINE,

que as mídias *online* possibilitam acesso a uma maior e mais variada quantidade de dados e, portanto, permitem comprovar melhor a hipótese da referida autora de que a mídia é, de fato, um lugar de memória discursiva, onde o simbólico exerce um papel importantíssimo.

Para realizar as análises, selecionamos e catalogamos textos veiculados em diferentes sites, e que tratavam da mesma temática: as eleições estaduais do Rio de Janeiro em 2014 e as municipais em 2016. Para tanto, realizamos uma análise qualitativa a fim de priorizarmos a relevância dos dados coletados. Para selecionarmos os textos que foram analisados e responder às perguntas de pesquisa propostas, a fim de testar nossas hipóteses, levamos em consideração a seguinte afirmação de Orlandi (1999):

A construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus*, já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender a questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (ORLANDI, 1999, p. 63).

A metodologia que sustenta as análises está fundamentada no dispositivo teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, por isso, partimos dos textos para chegar ao discurso e identificarmos, a partir das marcas linguísticas, o funcionamento discursivo materializado nos textos que compõem o *corpus*. Ao todo, foram analisadas 31 reportagens, divididas em 53 excertos, e distribuídas em dois capítulos, ao longo de vários subtópicos. Vejamos, abaixo, uma tabela que mostra a quantidade de textos que catalogamos e que foram veiculados na mídia em 2014 e em 2016, os quais tratavam das campanhas de Crivella.

Tabela 1– Reportagens sobre Crivella veiculadas durante a campanha de 2014

Revista/site/jornal	Número de reportagens
Folha de S. Paulo	2
Carta Capital	1
Estadão	1
Uol	1
G1	1
TOTAL	6

Tabela 2– Reportagens sobre Crivella veiculadas durante a campanha de 2016

Revista/Site/Jornal	Número de reportagens
Jornal Extra	4
G1	4
Veja	4
Carta Capital	3
O Globo	3
Uol	3
El País	1
Estadão	1
Folha de S. Paulo	1
TOTAL	25

1.3 Organização dos capítulos

Além da introdução, organizamos esta dissertação da seguinte forma: no capítulo 2, cujo título é **Sujeito e sentido: posição-sujeito e os efeitos de sentido materializados nos textos produzidos na/pela mídia sobre as campanhas de Marcelo Crivella**, analisamos quais as posições-sujeito identificadas nas reportagens que tratam das campanhas de Marcelo Crivella em 2014 e em 2016. Dessa forma, procuramos mostrar, por meio de pré-construídos e de efeitos de sustentação, como se dá o processo de subjetivação de Crivella nas referidas campanhas. Para fundamentarmos as análises, apresentamos a noção de sujeito conforme definida por Pêcheux (1975), a fim de entendermos como se dá o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos do seu discurso. Na análise, dividimos os dados em dois momentos. Inicialmente, analisamos os dados referentes à campanha de 2014, a fim de identificarmos quais posições-sujeito e quais efeitos de sentido emergem dos discursos sobre a referida campanha. Por fim, analisamos os dados que discursivizam sobre a campanha de 2016, a partir dos quais buscamos identificar, assim como no primeiro subtópico, as posições-sujeito materializadas e os efeitos de sentido que estão em funcionamento nas materialidades linguísticas analisadas.

No terceiro capítulo, cujo título é **Política e religião: a discursivização midiática das campanhas eleitorais de Marcelo Crivella**, analisamos qual memória é retomada e/ou reconfigurada por grande parte da mídia quando trata das campanhas eleitorais de Crivella em 2014 e em 2016, respectivamente. Conforme salientamos anteriormente, nas eleições municipais de 2016, para prefeito do Rio de Janeiro, a campanha de Crivella para governo do Estado foi muitas vezes mencionada. Neste capítulo, além de discutirmos os conceitos de discurso e de lugar de memória discursiva, conforme trabalhados da AD, dividimos as análises em dois momentos: análise dos dados de 2014 e análise dos dados de 2016.

Inicialmente, analisamos o funcionamento da memória discursiva na campanha de Crivella em 2014, a fim de verificarmos qual é a imagem construída acerca do candidato Crivella nas referidas eleições. Para tanto, verificamos várias matérias publicadas em parte da mídia, em sites/jornais (*Folha de São Paulo*, *Estadão*, *G1* e *Carta Capital*), a fim de identificar qual memória e quais efeitos de sentido são retomados/reconfigurados nas diferentes materialidades discursivas analisadas.

A análise dos dados de 2016 se divide em três momentos, nos quais distribuimos os 39 excertos analisados. Isso se justifica devido ao fato de que, durante a seleção e catalogação do *corpus* da pesquisa, verificamos três regularidades. No primeiro subtópico, analisamos a discursivização da relação familiar de Crivella e Edir Macedo. Os excertos analisados mostram que grande parte da mídia enfatizou a relação familiar de Crivella, que é sobrinho de Edir Macedo, quando tratou da campanha do candidato. O segundo subtópico, ainda dos dados de 2016, analisa a relação da Igreja Universal do Reino de Deus com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido ao qual Crivella é filiado, como uma relação político-partidária. O terceiro subtópico trata da discursivização de um “plano de poder” da IURD. Os excertos analisados materializam discursos que tratam da candidatura de Crivella como uma estratégia política da Igreja Universal, a qual faz parte de um “plano de poder” que a referida igreja estabeleceu a fim de “dominar” a política brasileira.

Apresentamos também, além dos dois capítulos teórico-analíticos e desta introdução, a **Conclusão**, que sintetiza os resultados do trabalho, e as **Referências**, em que apresentamos o referencial teórico utilizado.

2 SUJEITO E SENTIDO: POSIÇÃO-SUJEITO E EFEITOS DE SENTIDOS MATERIALIZADOS NA MÍDIA ACERCA DE MARCELO CRIVELLA

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, analisamos quais as posições-sujeito identificadas nas reportagens que tratam das campanhas de Marcelo Crivella em 2014 e em 2016. Trata-se, mais especificamente, de mostrar, por meio de pré-construídos e de efeitos de sustentação, como se dá o processo de subjetivação de Crivella nas referidas campanhas.

Inicialmente, apresentamos a noção de sujeito conforme problematizada na/pela AD, isto é, o sujeito posição, que ocupa um lugar na estrutura social. Para tanto, discutimos o referido conceito com base em Pêcheux (1975), que dialoga com os estudos de Althusser, e defende que os sujeitos se constituem a partir do processo de interpelação. Assim, Pêcheux toma o indivíduo como sempre já-sujeito nos discursos produzidos no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Além do processo de identificação pela interpelação, o sujeito da AD também é afetado pelo inconsciente. A teoria psicanalítica contribui, em alguma medida, para que a AD possa explicar o processo de assujeitamento do sujeito, pois tal teoria opera um deslocamento da noção de indivíduo para a noção de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. Assim, como nos mostra Orlandi (1999), para a AD:

- a. a língua tem sua origem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem).
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentido).
- c. o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle pelo modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 1999, p. 18-19).

Pêcheux (1975) discute sobre esse processo de assujeitamento pela ideologia e pelo inconsciente, assegurando que, pensar a subjetivação apenas pela interpelação ideológica leva ao equívoco do sujeito como origem de si.

De acordo com Orlandi (2002), a partir da subjetividade, podemos observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma determinada posição-sujeito, pois, na AD, o sujeito é posição. A autora nos lembra ainda que “sujeito e sentido se constituem na articulação da língua com a história, em que encontram o imaginário e a ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 66). Dessa forma, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito que se

submete à língua para se significar na história. Além disso, de acordo com a autora, se na psicanálise é possível afirmar que o inconsciente é estruturado como linguagem, considera-se, na AD, que o discurso materializa a ideologia e se constitui no lugar teórico da relação da língua com a ideologia. Assim, é possível dizer que “o sujeito é ‘falado’ pela ideologia tanto quanto é falado pelo inconsciente” (ORLANDI, 2002, p. 73).

Com base na discussão teórica acima apresentada, analisamos, nos tópicos que constituem este capítulo, as campanhas de Marcelo Crivella em 2014 e em 2016, respectivamente. De modo específico, buscamos identificar, por meio das materialidades linguísticas que compõem o *corpus* desta dissertação, em quais posições-sujeito Crivella se subjetiva, e como isso ocorre, além de indicarmos os efeitos de sentido identificados nas/pelas reportagens.

2.2 Sobre a noção de sujeito

O sujeito que interessa à AD é um lugar na estrutura, é a posição social que esse sujeito assume ao ser interpelado por uma ideologia e afetado pelo inconsciente. Não se trata, portanto, do indivíduo, ou seja, do sujeito pragmático.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), Pêcheux se propõe a “questionar as evidências fundadoras da ‘Semântica’, tentando elaborar, /.../, as bases de uma teoria materialista” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 20). Na segunda parte do referido livro, reconhecendo a importância da materialidade linguística, Pêcheux trata da relação entre língua e ideologia. O autor salienta que há, na ciência linguística, um retorno da questão da linguagem por meio da filosofia da linguagem, que permite abrir um campo de questões sobre os objetos da Linguística e sua relação com objetos de outras ciências. Essas questões que aparecem, segundo Pêcheux (1975), tem muito a ver com a Linguística e se mostram a partir da articulação da mesma com a teoria científica.

Segundo Pêcheux (1975), o sistema da língua (enquanto estruturas sintáticas, morfológicas e fonológicas), que é o objeto da Linguística, funciona como uma mesma base material, isto é, “o sistema da língua é, de fato, o mesmo, para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 91), ou seja, a língua é a mesma, o que muda são os processos discursivos, e esses processos discursivos tem a ver com o lugar que o sujeito ocupa na estrutura social.

Para explicar como os processos nocionais-ideológicos e os processos conceituais-científicos se constituem como processos discursivos na língua, Pêcheux (1975) toma como ponto de referência a relação explicação/determinação, para mostrar como o discurso se materializa na língua. Dessa forma, ao tratar da determinação, o autor usa como exemplo uma citação fregeana¹³ para mostrar como o referido lógico-matemático distingue a designação de uma coisa de outra. Trata-se, mais especificamente, de mostra como na frase formulada por Frege, “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”, o valor de uma verdade está relacionado com o valor de outra verdade, ou seja, o valor de verdade da referida expressão depende da existência ou não de alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias.

Nas palavras de Frege, se a subordinada exprimisse um pensamento, isso seria possível por meio de uma proposição independente, mas não é o que ocorre, pois o sujeito gramatical não tem um sentido independente, logo o sentido da subordinada não é um pensamento completo, pois tem uma denotação (Kepler), e não um valor de verdade. Dessa forma, o sentido do todo inclui como parte um pensamento, ou seja, para que essa proposição tenha um valor de verdade é preciso que tenha existido, de fato, alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias.

Pêcheux salienta que há indícios de que para Frege o funcionamento da língua, de certa forma, tem alguma coisa a ver com o funcionamento do pensamento, e isso induz a uma ilusão. Essa ilusão seria resultado de imperfeições da linguagem natural, pois a linguagem natural contém ambiguidades, que na linguagem artificial podem não ocorrer. Com isso, Pêcheux quer mostrar que o que Frege chama de “imperfeições” na linguagem é, na verdade, um problema ideológico, pois, a ideia de que um objeto de pensamento pressupõe a ideia de um objeto real que ele designa pode induzir à afirmação de que certas frases, dependendo do objeto a que se referem, podem perder todo o sentido, ou seja, para haver sentido, seria preciso que a designação se referisse a um objeto real, no mundo, caso contrário, a frase perderia o sentido.

Diante disso, Pêcheux questiona “não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 99). Nessa perspectiva, o autor introduz a noção de *pré-construído*, termo

¹³ Gottlob Frege (1897) foi um matemático, lógico e filósofo alemão que trabalhou na fronteira entre a filosofia e a matemática. Tentou criar uma linguagem artificial que desse conta da linguagem natural. Para ele, a linguagem natural contém ilusões, armadilhas, que podem desaparecer numa linguagem artificial.

proposto por P. Henry, “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente em oposição ao que é construído pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 99). Trata-se, portanto, do que é dito antes, em outro lugar, independentemente, é um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático. O efeito de encaixe mostra que há um funcionamento discursivo.

O *pré-construído* funciona em relação a uma formação discursiva, ou seja, remete a um lugar do qual se fala, é o indício de que algo fala antes, em outro lugar. Para Pêcheux, essa referência não aparece no enunciado, mas o sujeito do enunciado é atravessado pelo sujeito do discurso. Segundo Pêcheux, uma característica essencial do *pré-construído* é a separação fundamental entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência do objeto do pensamento “marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios com o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 102). Ou seja, isso mostra que o que está sendo dito corresponde a discursos distintos, ao mesmo tempo em que remete a algo que foi dito antes, em outro lugar.

Ao falar de objeto e pensamento, Pêcheux (1975), com base em Frege, busca mostrar que há um funcionamento em dualidade, que corresponde à noção de que a denotação de um nome próprio é um objeto determinado e a denotação de um predicado (pensamento) é um conceito. Embora esse funcionamento retome, segundo Pêcheux (1975), o problema da formação dos nomes a partir da perspectiva de que o pensamento se apodera do objeto, a formação dos nomes é considerada agora como o modo de apresentação do objeto, e a unicidade do objeto identificado é a condição para seu bom funcionamento.

O conceito de pensamento, na perspectiva de Frege, é uma característica essencial na constituição do mecanismo da relativa explicativa, pois se opõe à relativa determinativa e ao efeito de *pré-construído*. A relativa explicativa denota sobre algo, ou seja, é um suporte do pensamento contido em outra proposição, isso por meio de uma implicação, que tem a ver com o lugar ideológico. A esse fenômeno, Pêcheux dá o nome de *efeito de sustentação*.

O efeito de sustentação pertence à mesma formação discursiva, mas está implicado, ou seja, depende da lógica do enunciado. Segundo Pêcheux, a anulação da explicativa não interfere no sentido da sua proposição de base, por isso ela é não determinativa, constitui o que o autor chama de evocação lateral daquilo que se sabe, e que pode introduzir um novo pensamento. Logo, trata-se de um funcionamento que, diferentemente do *pré-construído*, se apoia sobre o processo de sustentação, constituindo assim uma ideia de retorno do saber no

pensamento. Tal funcionamento não é natural nem individual, é resultado de um processo sócio-histórico.

Ao tratar da ideologia, Pêcheux toma como base a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, e defende que a ideologia está intrinsecamente relacionada à noção de sujeito. O autor trata dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que para Althusser são os lugares nos quais se materializam as lutas de classes, e afirma que não existe produção de conhecimento sem levar em conta as condições da luta de classe. Segundo Pêcheux (1975), o processo de produção do conhecimento é um processo sem sujeito, isto é, é um processo do qual todo sujeito, como tal, está ausente.

Sobre o processo de interpelação, o autor defende que o indivíduo é interpelado em sujeito, livre, para submeter-se às ordens do Sujeito (com S maiúsculo) e, assim, aceitar sua submissão. Portanto, o autor salienta que se aceitarmos que esse Sujeito é o que Lacan designa como o Outro, e com isso, aceitarmos a formulação “‘o inconsciente é o discurso do outro’”, é possível discernir de que forma o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados no interior do processo significante na interpelação e na identificação” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 133-134).

O uso da expressão Aparelho Ideológico de Estado é, segundo Pêcheux, para destacar, entre alguns aspectos, que “a Ideologia não se reproduz sobre a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade da época’, os ‘costumes do pensamento’, etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior à luta de classes” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 144), ou seja, os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da Ideologia em geral, nem a realização da ideologia da classe dominante, logo não é possível atribuir uma ideologia específica a uma determinada classe. Os Aparelhos Ideológicos de Estado são o lugar e o meio de realização da ideologia dominante.

Pêcheux faz uma observação acerca da ausência de uma definição dos termos “sujeito” e “ideologia” em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, no entanto, informa que a explicação está nas seguintes afirmações: i) só há prática através de e sob uma ideologia, ii) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Dessa forma, segundo o autor, “o conceito de Ideologia permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’, isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 152), considerando a luta de classes como um motor desse sistema. Para o autor, a crítica ao conceito de evidência da existência do sujeito faz surgir a necessidade de uma teoria materialista do discurso, pois a evidência espontânea do sujeito como origem de si se aproxima da evidência do sentido.

Assim, “a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos ‘rituais’ ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria tese central, na figura da interpelação” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 154). De acordo com o autor, o que a tese althusseriana “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” quer dizer é que o não-sujeito é interpelado pela ideologia, ou seja, todo indivíduo é sempre já sujeito.

Como vimos, até aqui, o indivíduo é interpelado pela ideologia para tornar-se sujeito. Porém, mais tarde, Pêcheux afirma que a identificação do sujeito com a Formação Discursiva (FD) está exposta a deslizamentos de sentidos, pois um ritual não está livre de falhas. Assim, o autor recorre, em alguma medida, à psicanálise para mostrar que o assujeitamento também se dá no/pelo inconsciente.

Orlandi (2002) afirma que há uma necessidade de pensar o funcionamento e a articulação entre inconsciente e ideologia. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que Pêcheux introduz a questão da ideologia, o autor faz uma crítica à maneira como as teorias da enunciação se submetem à ilusão da evidência subjetiva do sujeito como único e insubstituível. A evidência espontânea do sujeito, como origem de si, leva a outra evidência: a evidência do sentido, logo, a uma ilusão de literalidade. Ainda segundo a referida autora, o subjetivismo idealista aponta para um sujeito como origem e causa de si. Decorre daí a necessidade de considerar o inconsciente como processo de subjetivação, pois a presença do inconsciente na AD reforça a ideia de que é impossível um assujeitamento total/absoluto.

O sujeito, para se constituir, deve se submeter à língua e ao simbólico, pelo jogo da língua na história, pois é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Para isso, “algo no mundo tem que ressoar no ‘teatro da consciência’ do sujeito para que faça sentido” (ORLANDI, 2002, p. 68), e para ressoar é preciso a forma material, que é a língua, e também a história, que é produzida no plano da existência em que sujeito e sentido se constituem. É o funcionamento e a articulação da ordem da língua e da história que constituem a ordem do discurso.

Acreditamos é que isso que Pêcheux (1993 [1975]) pretende mostrar, quando defende, em seu texto *À propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas*, que o empreendimento da AD:

/.../ reside em três regiões do conhecimento científico: 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3) a

teoria do discurso, como teoria das determinações histórica e dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX, 1993[1975], p. 163-164).

Para o autor, o assujeitamento ideológico tem como consequência a crença em um sujeito livre para exercer sua vontade, como se fora origem de si mesmo. Isso decorre, ainda segundo Pêcheux, da existência de realidades complexas materializadas nos/pelos Aparelhos ideológicos de Estado que colocam em jogo “práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente” (PÊCHEUX, 1993[1975], p. 167).

Retomando a discussão sobre interpelação ideológica do sujeito, mas sem nos esquecermos de que existe também, como dito acima, uma interpelação da ordem do inconsciente, o que voltaremos a discutir, quando tratarmos da crítica feita por Pêcheux (1988 [1978]) à terceira modalidade de subjetivação. Apresentamos, a seguir, a proposta de Pêcheux (1988 [1975]) acerca de como se dá o processo de interpelação ideológica do qual trata o referido autor. Esse processo ocorre a partir das modalidades discursivas do funcionamento subjetivo. Isto é, segundo o autor, a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso supõe um desdobramento entre o sujeito enunciador e o sujeito universal a partir de três modalidades: identificação, contra-identificação e desidentificação. Esse desdobramento, ainda segundo o autor, corresponde à relação entre pré-construído e articulação.

A identificação corresponde, segundo Pêcheux (1988 [1975]), a um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, “de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 215). Trata-se do discurso do bom sujeito.

A contra-identificação ocorre quando “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento) com o que o sujeito universal lhe dá a pensar” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 215). Trata-se do discurso do mau-sujeito, aquele que se contra-identifica com a formação discursiva que o constitui, a partir de um questionamento.

O processo de desidentificação refere-se, ainda de acordo com Pêcheux (1988[1975]), a uma tomada de posição não-subjetiva que se caracteriza “pelo fato de que ela integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 217). Essa tomada de posição se realiza a partir da apropriação subjetiva de conceitos científicos, e da identificação com as práticas políticas de tipo novo. Dessa forma, o sujeito rompe com a FD em que estava inscrito ao se desidentificar com a forma-sujeito que o

domina e passa a se identificar com outra forma-sujeito e sua respectiva FD. Porém, Pêcheux (1988 [1978]), no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, propõe uma retificação acerca do processo de desidentificação e também sobre a noção de ideologia dominada, conceitos que ele apresentou em *Les Vérités de La Palice (Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio)*.

Segundo o autor, a formulação¹⁴ feita no texto de 1975, que estabelece a produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência, trata-se “do ponto-limite da reflexão marxista em que (‘a ideologia interpelando o indivíduo em sujeito’) se toca no impossível de uma ‘forma sujeito’ tomada na História como ‘processo sem Sujeito nem Fim(s)’” (PÊCHEUX, 1988[1978], p. 295). Portanto, foi a partir da tese althusseriana de que os sujeitos funcionam sozinhos, porque são interpelados pela ideologia que foi possível pensar algo novo no interior do movimento operário, pois Althusser

/.../ enunciou teoricamente com respeito ao sujeito da ideologia algo que, do exterior do movimento operário, jogava com a ideia de uma relação teórica do marxismo com certos conceitos psicanalíticos (sobre termos como sujeito, ego, inconsciente/consciente, imaginário, identificação) na linha de seu trabalho de 1964 sobre ‘Freud et Lacan’.

- mas sobretudo ele desvendou politicamente, no movimento operário, a urgente necessidade de desenvolver em proporções sem precedentes, a ‘fusão’ entre teoria e prática sobre o terreno da luta ideológica de classes em sua relação com a questão do Estado; ele fez com que do interior das práticas do movimento operário, se ouvisse (escutasse/entendesse) em que medida as evidências e as injunções da Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer (PÊCHEUX, 1988[1978], p. 296).

Para Pêcheux, Althusser reconheceu que havia a possibilidade da resistência do sujeito, o que, em alguma medida, dialoga com a existência de algo que não diz respeito à ordem da ideologia, mas aponta para a existência de um inconsciente. Dessa forma, Pêcheux (1988 [1978]) propõe investigar de que forma o sujeito é produzido como historicamente capaz de se voltar contra as causas que o determinam, como um sujeito materialista que efetua a apropriação subjetiva da prática política do proletariado e que mantém uma simetria com o sujeito da prática política burguesa, que não era questionada.

Assim, essa plena identificação do sujeito pela ideologia dominante burguesa possibilitaria uma “‘interpelação às avessas’ atuando na prática política do proletariado: a exterioridade teoricista vinha, assim, necessariamente dublada por um pedagogismo

¹⁴ O autor refere-se à formulação: “a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 266).

invertido” (PÊCHEUX, 1988[1978], p. 299). Pêcheux criticava esse pedagogismo, pois era como se a desidentificação fosse uma pedagogia que estabelecia uma sucessão teórica entre o mecanismo ideológico do processo de assujeitamento pela interpelação; o apagamento, no sujeito do discurso, de qualquer traço desse mecanismo ideológico, o que se dava pela concepção de um sujeito plenamente assujeitado; e a rememoração teórica deste mecanismo (ideológico) e de seu processo de apagamento.

Dessa forma, ainda segundo Pêcheux (1988 [1978]), o que falha em *Les Vérités de La Palice (Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio)* é o fato de, nesse livro, o autor levar muito a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha. Em outras palavras, Pêcheux fundamenta sua crítica ao texto de 1988 [1975], afirmando que:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito da interpelação o captura; o que falta é essa causa na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-senses* do sujeito dividido (PÊCHEUX, 1988[1978], p. 300).

Logo, é aí que se dá a separação em definitivo do conceito psicanalítico de recalque da ideia filosófica de esquecimento ou apagamento. Para Pêcheux (1988 [1978]), o que ocorre naquilo que, em 1988 [1975], ele considerava como desidentificação é o deslocamento de uma forma-sujeito para outra, fazendo com que o sujeito inscreva-se em outro discurso (ou em outra Formação Discursiva, para usarmos um conceito mobilizado pelo próprio Pêcheux naquele momento). Contudo, é importante considerar, ainda segundo o autor, que o deslizamento de sentido não desaparece sem deixar traços no sujeito interpelado ideologicamente, pois não há ritual sem falhas. Dessa forma:

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas das interpretações ideológicas não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deve ser pensada sem referência ao inconsciente (PÊCHEUX, 1988[1978], p. 301).

Isto é, embora sejam coisas distintas, é preciso considerá-las (ideologia e inconsciente) como base do processo de interpelação subjetiva. O que Pêcheux propõe esclarecer em *Só há*

causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação é que a constituição do sujeito não se dá apenas pela interpelação ideológica, mas também pelo inconsciente, pois é preciso considerar o lapso, o ato falho, uma vez que o sujeito não é origem de si.

Em síntese, vimos que, para tratar da noção de sujeito do discurso, Pêcheux (1988 [1975]) toma como base a tese althusseriana sobre o processo de interpelação, a fim de mostrar que os indivíduos são interpelados, ideologicamente, em sujeitos dos seus discursos a partir das FD que os dominam. Todavia, mais tarde, o autor propõe que o sujeito é constituído não somente pela ideologia, pois é afetado também pelo inconsciente. Feitas essas considerações, analisaremos, a seguir, quais posições-sujeito são identificadas nas reportagens que tratam de Crivella durante as campanhas de 2014 e de 2016.

2.3 Análise dos dados: posição-sujeito e efeito-sentido na campanha de Crivella em 2014

Nesse tópico, verificamos quais posições-sujeito podem ser identificadas funcionando na mídia em relação ao candidato Crivella nas eleições de 2014. Analisamos, portanto, as reportagens de quando o então candidato concorria ao governo do Estado do Rio de Janeiro, a fim de verificamos de que forma certa materialidade linguística indica a identificação do referido sujeito com determinadas posições-sujeito. Para tanto, analisamos neste tópico seis reportagens¹⁵ publicadas na mídia em diferentes sites/jornais (*Folha de S. Paulo*, *Uol*, *Estadão* e *Carta Capital*). Vejamos, inicialmente, os excertos a seguir.

(1) O senador Marcelo Crivella (PRB), candidato ao governo do Rio atuou no Congresso **em favor de temas de interesses evangélicos e de sua denominação, a Igreja Universal do Reino de Deus.**

Bispo licenciado, o senador **tem buscado se desvincular de temas religiosos** durante a campanha para **reduzir sua rejeição**. Alega que nunca usou o cargo em favor de evangélicos.

Projeto de Lei e requerimentos ao longo dos 12 anos de mandato, contudo, apontam que **ele tomou ações ligadas à religião e, inclusive, à sua própria igreja.**

Crivella negou haver conflito e afirmou que essas iniciativas são **“inerentes ao cargo de senador”**.

Em 2005, Crivella **questionou** o Ministério da Fazenda sobre a apreensão, no aeroporto de Brasília de R\$ 10 milhões em espécie carregadas em malas por sete pessoas, entre elas o ex-deputado João Batista. **O parlamentar alegou que se tratava de doações de fiéis da Igreja Universal.**

¹⁵ Conforme mostramos na tabela 1.

O senador, por sua vez, questionou o Ministério da Fazenda sobre “a existência ou não de notas falsas ou seriadas no montante apreendido” nas malas.

A igreja, sob a mesma tese, cobrou a devolução do dinheiro no STF (Supremo Tribunal Federal), onde o inquérito sobre o caso correu.

Crivella **também** propôs, em 2007, **o dia da Marcha para Jesus. O evento reúne diversas igrejas evangélicas e, em alguns locais, conta com patrocínio do poder público.**

Mais recentemente, em 2011, Crivella **pediu** a realização de audiência pública com representantes da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) **para discutir uma resolução do conselho curador do órgão que proibiu a veiculação de programas religiosos pela emissora** (FOLHA DE S. PAULO, 09/09/2014 – Grifos nossos).

- (2) O **senador** propôs ainda **dez sessões especiais e votos de louvor para entidades evangélicas e católicas**. Essas iniciativas são minorias entre as 414 medidas propostas por Crivella no Senado, que apresentou projetos sobre segurança pública, emprego e relações exteriores. **Mas contradizem a afirmação do senador que disse nunca ter proferido um discurso ou projeto de lei com temas religiosos** (FOLHA DE S. PAULO, 09/09/2014 – Grifos nossos).

Os excertos acima fazem parte de uma mesma reportagem da *Folha de S. Paulo*¹⁶, publicada em setembro de 2014, e tratam da atuação de Crivella no Congresso em favor de temas ligados à religião. É possível verificar, no excerto 1, que, na reportagem, são apresentados três momentos da carreira política de Crivella (2005, 2007 e 2011). Nesses três momentos, verificamos um funcionamento discursivo que associa Crivella a duas posições-sujeito: a posição-sujeito religioso e a posição-sujeito político. Ainda segundo o funcionamento discursivo materializado na/pela reportagem, Crivella identifica-se com a posição-sujeito religioso, pois realiza ações que o vinculam à referida posição, como: i) questionar o Ministério da Fazenda sobre a apreensão de malas de dinheiro, que segundo ele, eram “doações de fiéis da Igreja Universal”; ii) propor o dia da Marcha para Jesus; e iii) pedir uma audiência pública com representantes da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) para discutir a proibição de programas religiosos na referida empresa.

Contudo, apesar de estar identificado na posição-sujeito religioso, Crivella, ainda segundo a reportagem em tela, “tem buscado se desvincular de temas religiosos durante a campanha para reduzir sua rejeição”. Tal enunciado materializa um pré-construído segundo o qual um candidato (posição-sujeito político) que recorre a seu cargo como político para defender questões religiosas causa rejeição, o que indica a materialização de um discurso segundo o qual não se deve misturar religião e política ou não se deve usar a política para

¹⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1513272-candidato-ao-governo-do-rio-crivella-atuou-em-favor-de-igrejas-no-senado.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

conseguir benefícios no âmbito da religião. Isso explica o fato de que Crivella, embora esteja identificado à posição-sujeito religioso, negue tal identificação, porque ela dificulta sua aceitação como sujeito político.

Verificamos, dessa forma, uma dupla identificação de Marcelo Crivella: como sujeito político (senador) e como sujeito religioso (Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus). Existe, contudo, na reportagem analisada, a indicação de que há um conflito entre essas duas posições-sujeito: o religioso e o político. Nesse sentido, grande parte da mídia atua espetacularizando¹⁷ esse conflito e mostrando que, por mais que negue, Crivella usou de seu cargo político (senador da República) para conseguir benefícios para sua igreja, o que o torna discursivamente inapto para atuar como sujeito político.

Nesse sentido, verificamos, ainda no excerto 1, que Crivella não se desvinculou de temas religiosos durante a carreira política, pois, durante os doze anos de mandato como senador, “projeto de lei e requerimentos apontam que ele tomou ações ligadas à religião, e, inclusive a sua própria igreja”. Aqui, o uso dos operadores argumentativos “contudo” e “inclusive” fazem funcionar o efeito de sentido de que: i) embora Crivella negue, ele atuou em favor de questões religiosas, como mostram o projeto de lei e os requerimentos; e ii) Crivella atuou em favor de outras religiões, além da própria IURD. Ademais, ao referir-se à relação de Crivella com a IURD, a reportagem apresenta o pronome possessivo “sua”, reforçando a relação de Crivella com a IURD (“sua denominação religiosa”, “sua própria igreja”). Assim, como dito acima, embora negue o vínculo com a religião, Crivella é apresentado como um sujeito religioso.

Além disso, o enunciado segundo o qual tanto Crivella quanto a IURD questionam o Ministério da Fazenda por ter apreendido um dinheiro que supostamente veio de doações de fiéis à Igreja, faz funcionar o efeito de sentido de que a Igreja Universal se envolve em questões ilícitas. Dessa forma, quem tem algum vínculo com a referida instituição religiosa, como é o caso de Crivella, acaba sendo associado a essas questões ilícitas.

No excerto 2, assim como no primeiro excerto, Crivella identifica-se com a posição-sujeito religioso, pois realiza ações que o vinculam à referida posição (propôs sessões especiais e votos e louvor a entidades para entidades evangélicas e católicas), e com a posição-sujeito político (apresentou projetos sobre segurança pública, emprego e relações

¹⁷ Fonseca-Silva (2009, p. 193) defende que, na contemporaneidade, a mídia faz parte dos conflitos que regem o nosso cotidiano e pode ser definida como um lugar de memória discursiva, bem como, como instrumento de espetacularização. Tomando como base a noção de espetáculo de Debord (1967), a autora defende que, na modernidade, as mídias tornaram-se o lugar principal de fabricação do espetáculo. Segundo a autora, antes de uma sociedade ambientada pela mídia, o espetáculo era quase sempre no âmbito político ou religioso. Todavia, na modernidade, a relação entre mídia e espetáculo recobre, produz, veicula espetáculos políticos, entre outros.

exteriores). Dessa forma, verificamos, assim como no excerto 1, uma dupla identificação de Crivella, e um conflito entre essas duas posições-sujeito, e vemos, mais uma vez, a espetacularização desse sujeito político, pela mídia, ao mostrar que há uma contradição entre a afirmação do senador (posição-sujeito político) e a atuação do mesmo em favor de temas religiosos (posição-sujeito religioso).

O excerto abaixo faz parte de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*¹⁸, cujo título é “Ataques de Pezão à Crivella e à Igreja Universal dividem o PMDB”, e trata da disputa eleitoral entre Crivella e Pezão. Durante a referida disputa Pezão abordava a ligação de Crivella com a Igreja Universal e com Edir Macedo como uma forma de desqualificar o adversário. Vejamos.

- (3) Na primeira semana do segundo turno, a campanha do peemedebista na TV buscou apontar **Crivella como representante na política de Edir Macedo, tio do senador**. O PMDB usou seus dez minutos para reprisar reportagens da TV Globo, exibida em 1995, na qual **Macedo ensina pastores a convencer fiéis a doar dinheiro para a igreja**. Nas **inserções diárias mostrou o símbolo da Universal, e fotos de Crivella e Macedo com o questionamento: “Você quer o sobrinho do bispo Macedo governando o Rio?”** (FOLHA DE S. PAULO, 15/10/2014- Grifo nosso).

Vemos, no referido excerto, que o texto da *Folha de S. Paulo* materializa um discurso segundo o qual Crivella é um representante de Edir Macedo. Segundo a reportagem, a campanha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) buscou apontar Crivella como representante do tio, mostrando na Televisão reportagens que supostamente comprometeriam negativamente a campanha de Crivella, pois tais reportagens apresentam uma imagem negativa de Edir Macedo, uma vez que mostram, por exemplo, o dono da Igreja Universal ensinando “pastores a convencer fiéis a doar dinheiro para a igreja”. Ainda segundo a reportagem da *Folha de S. Paulo*, o PMDB finaliza sua propaganda eleitoral na televisão com uma pergunta, a qual indica que quem iria governar o Rio de Janeiro, caso fosse eleito, seria o sobrinho do bispo. Nesse sentido, tanto na propaganda eleitoral do PMDB quanto na reportagem da *Folha de S. Paulo*, Crivella aparece subjetivado como sujeito religioso. Nesse caso, portanto, Crivella não está subjetivado no lugar de sujeito político, mas apenas no de sujeito religioso. Ele é apresentado como alguém que, a partir do lugar de sujeito religioso, almejava ocupar um cargo público.

¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1532824-ataques-de-peza0-a-crivella-e-a-igreja-universal-dividem-o-pmdb.shtml>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

No próximo excerto analisado, retirado de uma reportagem do jornal *Estadão*¹⁹, há a materialização de um discurso que critica a Igreja Universal do Reino de Deus. Vejamos o excerto e, em seguida, a análise.

- (4) A Universal tem sido centro de críticas do adversário de Crivella, o governador e candidato à reeleição, Luiz Fernando Pezão (PMDB). **Enquanto a campanha peemedebista reforça a ligação do ex-ministro da Pesca e a igreja, fundada por seu tio, o bispo Edir Macedo, Crivella tenta dissociar sua imagem da instituição, afirmando estar licenciado da função de bispo desde que entrou na vida pública** (ESTADÃO, 25/10/2014– Grifo nosso).

No referido excerto é possível verificar que Crivella se identifica com a posição-sujeito político, pois tenta se dissociar da Igreja Universal, ao afirmar seu desligamento da referida instituição religiosa. Além disso, verificamos também que emerge um pré-construído segundo o qual associar Crivella à IURD é algo negativo, logo é usado por seu adversário como uma forma de desqualificá-lo para a função política. Nesta análise, em princípio, é possível pensar em uma desidentificação, mas Pêcheux (1988[1978], p. 300) mostra que essa não é possível, porque não existe esquecimento platônico, mas apenas recalque psicanalítico, portanto, o sujeito político Crivella não apaga o sujeito religioso, tanto é que esse sujeito religioso fica “retornando” o tempo inteiro, por um efeito da memória sobre a atualidade, tanto nas críticas dos adversários, quanto nas reportagens da imprensa e, até mesmo, nas falas do próprio Crivella, nas quais ele nega sua atuação como membro da IURD para tentar se constituir no lugar de sujeito político.

O excerto analisado a seguir trata de campanhas de candidatos como Crivella e Garotinho que assumem distintas estratégias eleitorais a depender do público (evangélico ou não) que querem conquistar. Vejamos abaixo:

- (5) As campanhas eleitorais de candidatos como Crivella e Garotinho, explica o professor de teoria política Antônio Carlos Alkmin, funciona em duas frentes diferentes. **Quando o interlocutor não é evangélico, os políticos escondem o fator religião. Mas quando falam a esse eleitorado específico, buscam ressaltar essa característica o máximo. “Existe uma preocupação em fazer essa distinção. Eles tratam a base evangélica de forma diferenciada”**, explica ao ressaltar que em alguns momentos o discurso evangélico chega a se sobrepor à apresentação das propostas. **“É o ser evangélico que está falando em primeiro lugar”** (CARTA CAPITAL, 21/09/2014 – Grifos nossos).

¹⁹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,tre-rj-lacra-predio-da-igreja-universal-e-apreende-material-de-campanha-de-crivella,1582587>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

No excerto 5, retirado de uma reportagem da revista *Carta Capital*²⁰, publicado em setembro de 2014, vemos a materialização de um discurso segundo o qual os candidatos vinculados a denominações religiosas são oportunistas, pois mostram-se ou não como evangélicos, dependendo do público com o qual dialogam. Ainda segundo o discurso materializado no excerto sob análise, as campanhas políticas de candidatos religiosos de uma forma geral, incluindo aí Garotinho e Crivella, são campanhas que funcionam estrategicamente de uma forma diferente, pois os candidatos assumem determinadas estratégias político-partidárias de acordo com o interlocutor que querem alcançar. Assim, quando o interlocutor não é evangélico, os políticos escondem o fato de serem ligados a alguma religião. Para além desse sujeito pragmático estrategista, que não nos interessa nessa análise, o qual escolhe a melhor forma de atingir o eleitorado, verificamos aqui o funcionamento de um efeito de sentido segundo o qual, para interlocutores/eleitores que não são evangélicos, o fato de um político ter vínculo com alguma religião é algo negativo para a campanha. Porém, quando o interlocutor/eleitor é evangélico, ocorre o contrário, ou seja, o político assume-se como religioso e ressalta as características que possui e que supostamente o vinculam a alguma religião.

Ainda segundo o excerto, o público evangélico é tratado de forma diferenciada durante as campanhas políticas, pois os candidatos se autodenominam religiosos para conquistarem os votos deste público específico, o que faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual, para o eleitorado evangélico, não importam as propostas políticas dos candidatos, mas apenas o posicionamento religioso do mesmo.

Verificamos assim, de acordo com o excerto sob análise, que candidatos como Crivella e Garotinho assumem uma dupla identificação a depender da religião de seus eleitores. Quando são eleitores evangélicos, os políticos subjetivam-se na posição-sujeito religioso, e “o ser evangélico fala em primeiro lugar”, quando os eleitores não são evangélicos, os candidatos subjetivam-se na posição-sujeito político, buscando se desvincular da religião.

Neste tópico, vimos que houve uma dupla identificação do sujeito Crivella na campanha de 2014. As análises mostraram que Crivella ora se identificava como sujeito político, ora como sujeito religioso. Essa dupla identificação foi espetacularizada por parte da

²⁰ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-disputa-pelo-voto-do-irmao-evangelico-no-rio-6893.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

mídia para mostrar que Crivella, durante a campanha, subjetivava-se em distintas posições-sujeito a fim de conquistar o eleitorado.

2.4 Análise dos dados: posição-sujeito e efeito-sentido na campanha de Crivella em 2016

As análises deste tópico referem-se à campanha de Marcelo Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016. Assim como nas análises que realizamos no tópico anterior, identificamos aqui quais posições-sujeitos encontram-se materializadas nos enunciados que compõem as reportagens referentes à campanha de Crivella na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Inicialmente, vejamos o excerto seis, a seguir:

- (6) **Crivella também informou que usou suas credencias de senador para reclamar com o embaixador da Índia em Brasília contra a perseguição dos missionários da Universal.** Lá eles só conseguiram abrir um único templo em Madras, desde 1994. O embaixador não negociou: disse não ter interesse em dar visto para qualquer igreja e considera a presença não-autorizada dos evangélicos uma ofensa ao país. **“Vocês chamam de ofensa, nós chamamos de amor às almas”**, rebateu (O GLOBO, 21/10/2016 – Grifos nossos).

O excerto acima refere-se a uma reportagem do jornal *O Globo*²¹, publicada em setembro de 2016, que trata da entrada de Crivella na política, a qual, ainda segundo a reportagem, ocorreu por determinação da Igreja Universal do Reino de Deus. Na análise do excerto acima, verificamos o funcionamento de duas posições-sujeito: i) a posição-sujeito político, pois o, à época, senador usou seu cargo público para manter contato com o embaixador da Índia; e ii) a posição-sujeito religioso, pois, nessa conversa com o embaixador, Crivella tratou da suposta “perseguição aos missionários da Universal” na Índia.

Ainda em relação ao excerto acima, há duas coisas há se destacar. Primeiramente, o texto diz que “Crivella também informou que usou suas credencias de senador para reclamar com o embaixador da Índia”; nesse caso, o verbo “usar” funciona como um índice que mostra que Crivella não estava subjetivado na posição-sujeito político, mas apenas “usou” de seu cargo para tratar de assunto que diz respeito à sua identificação com a posição-sujeito religioso. O segundo destaque diz respeito à resposta de Crivella ao que o embaixador chama de ofensa ao seu país, ao que o, à época, senador rebate: “Vocês chamam de ofensa, nós

²¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/crivella-diz-em-video-que-foi-forcado-pela-universal-entrar-na-politica-20332091>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

chamamos de amor às almas”. Nesse caso, o pronome “nós”, que funciona como um dêitico, mostra, mais uma vez, o lugar de onde Crivella fala: trata-se não de “nós, senadores” ou “nós, brasileiros”, mas de “nós, cristãos”, ou nós, membros da Igreja Universal do Reino de Deus”, o que remete, novamente, à posição-sujeito religioso.

O excerto analisado abaixo é um recorte de uma entrevista da revista *Veja*²². Na referida entrevista, Crivella defende que a Igreja Universal não terá relação com a sua gestão. Vejamos:

- (7) Em 2014, o senhor também começou a campanha para governador na frente, mas acabou perdendo no segundo turno? Qual é a diferença agora? Minha rejeição no primeiro levantamento era de 35%, agora está em 21%. A população começou a entender **que chegou o momento de colocar gente decente na política. Já ouvi de uma senhora que não ganho porque sou muito bonzinho.**

Sua rejeição é por ser bonzinho ou por ser bispo da Igreja Universal? **Tem a questão da Igreja Universal, sim, mas eu estou há mais de uma década na vida pública e garanto: a igreja não terá nenhuma relação com a minha gestão** (VEJA, 26/09/2016 – Grifo nosso).

Verificamos aqui que o efeito-sentido de “bonzinho” refere-se a um ideal em conformidade com os padrões morais e éticos da sociedade, ou seja, o enunciado “a população começou a entender que chegou o momento de colocar gente decente na política”, faz emergir o pré-construído de que ainda não tem gente decente na política, e que, portanto, os políticos atuais não são “bonzinhos” pois “ganharam”, ou seja, foram eleitos. Dessa forma, o candidato se identifica à posição-sujeito político decente.

Na segunda parte do excerto, a resposta de Crivella mostra que ele quis desvincular-se do lugar do sujeito religioso (a igreja não terá nenhuma relação com minha gestão) e, ao mesmo tempo, mostra-se identificado à posição-sujeito político (tenho mais de uma década na vida pública). A relação conjuntiva estabelecida pelo operador “e” entre esses dois enunciados produz o efeito de que, para ser eleito, Crivella precisa identificar-se à posição-sujeito político (estou há mais de um século na vida pública), ao mesmo tempo, em que busca manter certo distanciamento da posição-sujeito religioso (garanto: a igreja não terá nenhuma relação com minha gestão).

As análises a seguir referem-se a excertos de uma mesma reportagem publicada pelo *Jornal Extra* no segundo turno das eleições de 2016. Na referida reportagem, o candidato é discursivizado como “político profissional”. Vejamos:

²² Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/nao-posso-ser-prefeito-por-ser-evangelico-questiona-crivella/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

- (8) **Mas Crivella é um político profissional que sabe negociar e tem buscado aliados fora do eixo da Universal.** Exemplo é o convite ao cientista político Cesar Benjamin, intelectual de esquerda e **ateu**, para ser secretário de Educação, caso eleito (JORNAL EXTRA, 30/10/2016).
- (9) O **senador** também é conhecido pelos comentários espirituosos, a capacidade retórica e a facilidade de se aproximar de qualquer pessoa – **características da trajetória de pastor e depois, de bispo** (JORNAL EXTRA, 30/10/2016 - Grifo nosso).
- (10) Porém, a religião continua a pautar sua vida, no entender de pesquisadores. O bordão de campanha “Chegou a hora de cuidar das pessoas” traduz **valores que se adequam à religião e remetem à caridade e à bondade tão caras à pregação das igrejas**, afirma o cientista político e professor do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) Pedro Heitor Barros Geraldo (JORNAL EXTRA, 30/10/2016- Grifo nosso).
- (11) Crivella é um **político profissional**, competente, bem-sucedido. **Tornou uma retórica religiosa a narrativa secular, o que é um artefato da política profissional. Ele carrega uma ambivalência entre secularismo e religião. Na verdade o senador nunca se distanciou do bispo** (JORNAL EXTRA, 30/10/2016).

No excerto 8, Crivella é apresentado ocupando a posição-sujeito político profissional, o qual é definido, por meio de um pré-construído, a explicativa “que sabe negociar”. Além disso, ao afirmar que Crivella convidou Cesar Benjamin para ser secretário de Educação, a reportagem recorre a outro pré-construído, segundo o qual Cesar Benjamin é um intelectual de esquerda.

No excerto 9, Crivella é, mais uma vez, apresentado como estando subjetivado na posição-sujeito político (o senador), mas com uma memória que remete à posição-sujeito religioso (características da trajetória de pastor e, depois, de bispo). Dessa vez, contudo, o jornal mostra uma relação de similaridade entre essas duas posições-sujeitos, já que a suposta capacidade retórica do senador, adquirida durante sua trajetória religiosa, contribui para sua trajetória como sujeito-político.

Nos excertos em análise, vimos que o sujeito *Jornal Extra* busca, por meio de alguns adjetivos, qualificar Crivella como um bom político, ou seja, é “profissional”, “competente”, “bem sucedido”. Todavia, isso se deve ao fato de que o senador (sujeito político) “buscou aliados fora do eixo da Universal”, portanto é um político profissional. Vimos também que as características atribuídas a Crivella no excerto 9 referem-se a sua trajetória religiosa, ou seja, o efeito de sentido produzido é o de que Crivella é uma pessoa espirituosa, tem capacidade

retórica e facilidade de se aproximar das pessoas, porque tem uma trajetória religiosa, foi pastor e depois bispo (posição-sujeito religioso).

Porém, Crivella é identificado, no excerto 10, como um sujeito religioso, pois, além de relacionar seu profissionalismo político à trajetória religiosa, a reportagem busca mostrar que a religião ainda se mantém presente na vida do político, pois o bordão da campanha traduz valores que se adequam à religião, remetendo “à caridade e à bondade tão caras à pregação das igrejas”.

Por fim, no excerto 11, mais uma vez é retomado o profissionalismo político de Crivella, pois o mesmo soube usar a retórica religiosa a seu favor no meio político. O candidato é identificado na posição-sujeito político, pois, além de ser tratado como um político profissional, possui também um artefato da vida política profissional, que é a “narrativa secular”. Todavia, tal característica é resultado do passado religioso que faz parte da trajetória do candidato.

Dessa forma, verificamos aqui, assim como em análises anteriores, uma dupla identificação de Crivella. O candidato é identificado na posição-sujeito político, mas com uma memória que remete à posição-sujeito religioso, o que mostra, como dissemos, uma relação de similaridade entre as duas posições.

No excerto abaixo, retirado de uma reportagem do jornal *El País*, vemos que o perfil religioso de Crivella o coloca em situações bem diferentes diante dos eleitores. Vejamos o excerto e a análise a seguir.

(12) **Seus rivais, por outro lado, exploram o perfil religioso e conservador do candidato, adepto do criacionismo. De modo que a religião é hoje para Crivella uma faca de dois gumes** em uma cidade onde cerca de 24% dos fiéis são evangélicos, enquanto a média nacional, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, é de 22,2%. Se contassem apenas pelos evangélicos, praticamente não haveria segundo turno, pois Crivella lidera com 50% e 51% a intenção de voto entre evangélicos e não pentecostais, segundo o Datafolha. **Mas a aproximação dos evangélicos não é suficiente para ganhar uma eleição e ainda é motivo de receio entre os eleitores que sentem-se atraídos pelas suas propostas. O próprio Crivella reclama que parte da sua campanha é focada em combater o preconceito contra os evangélicos e promete que membros da igreja não formarão parte do seu potencial Governo** (EL PAÍS, 29/10/2016 – Grifos nossos).

O excerto acima indica que Crivella enfrenta dificuldades na campanha por ter um perfil religioso e conservador, fato que é explorado pelos rivais. Verificamos, assim, que Crivella é identificado em duas posições-sujeito. Primeiramente, assim como no excerto 5,

vimos que a religião é vista como algo positivo para o eleitorado evangélico, assim, o candidato é o que tem maior número de intenções de votos. Dessa forma, o candidato se subjetiva na posição-sujeito religioso para conquistar e atrair votos dos evangélicos. Porém, conforme vimos, “a religião é uma faca de dois gumes” para o candidato, pois, ao mesmo tempo em que favorece o político com eleitores evangélicos, é motivo de receio entre os demais eleitores que se sentem atraídos pelas propostas do candidato, mas o rejeitam, justamente por ser religioso.

Assim sendo, Crivella assume uma dupla identificação: sujeito religioso, a fim de atrair eleitores evangélicos; e sujeito político, na tentativa de conquistar os demais eleitores e manter uma imagem positiva durante a campanha. Além disso, o sujeito político busca se desvencilhar da posição-sujeito religioso, mas assume que trabalha para combater o preconceito que os evangélicos sofrem.

Abaixo, temos um excerto no qual Crivella é identificado na posição-sujeito religioso e apresentado como uma imagem “perfeita”, pois ele é apresentado como a única opção a ser seguida.

Vejamos, então, o referido excerto.

(13) O deputado federal pastor Francisco Floriano (DEM), braço político de Valdemiro no Rio avalia que a **“formação cristã de família” faz com que não reste outra opção a não ser caminhar com o Crivella. “Acho que a gente não tem opção”**, diz (CARTA CAPITAL, 07/10/2016 – Grifo nosso).

Verificamos, no excerto 13, o funcionamento de um efeito de sentido segundo o qual o fato de Crivella ter uma família com formação cristã o coloca na condição de apto a exercer a função política. Segundo o sujeito enunciador do excerto, o candidato é avaliado por uma figura política, que, ao assumir a posição-sujeito religioso (pastor), defende que Crivella é a única opção que resta para caminharem juntos, e o que possibilita isso é a “formação cristã de família” que o candidato teve. Além disso, o deputado que “avalia” Crivella é identificado como braço político de Valdemiro, que é considerado “rival” de Edir Macedo e da Igreja Universal do Reino de Deus. Dessa forma, o efeito-sentido materializado é o de que a “formação cristã” e “de família” é necessária para que um candidato tenha apoio dos demais agentes religiosos, mesmo que haja uma suposta “rivalidade” entre eles.

Sendo assim, Crivella é identificado, no referido excerto, como um sujeito religioso, o que não interfere na sua carreira política, segundo o deputado Francisco Floriano, mas, ao

contrário, contribui com essa, pois, por ter uma “formação cristã” (posição-sujeito religioso), ele torna-se a melhor opção a ser seguida.

O excerto a seguir, retirado de uma reportagem publicada pelo *Jornal Extra*, trata da viagem que Crivella fez a Israel dias após a vitória nas eleições municipais. Vejamos abaixo.

- (14) **Apesar de ter prometido até em jingle de campanha que a religião não iria entrar na Prefeitura do Rio**, Marcelo Crivella (PRB) apresentou seu cartão de visitas três dias depois de eleito. **O moço escolheu** o estado de Israel para a sua primeira visita internacional. Oficialmente, tem encontros agendados com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, e com o prefeito de Jerusalém, Nirk Barkat, para conversar sobre segurança. Segurança, essa, que não tem nada a ver com a Guarda Municipal desarmada que o **moço prometeu manter** (JORNAL EXTRA, 04/11/2016 – Grifo nosso).

Verificamos, no excerto acima, que a viagem de Crivella a Israel é tratada como um não-cumprimento das promessas que o candidato fez durante a campanha. O uso da locução adverbial “apesar de” indica uma ideia que contraria o que vai ser argumentado adiante, sendo assim, “apesar de ter prometido” que a religião não iria fazer parte da sua gestão, o candidato não cumpriu a promessa, pois viajou para Israel, país sobre o qual funciona certa memória religiosa. Nesse sentido, para o discurso materializado no excerto, o fato de Crivella ter ido para esse país coloca o candidato em uma condição incoerente em relação à promessa feita em campanha.

Vimos também que Crivella é tratado como “o moço”, termo que confere uma imagem negativa ao candidato, pois remete a alguém jovem, inexperiente na política. O uso do verbo “escolher” (o moço escolheu o estado de Israel ...) faz funcionar o efeito de sentido de que Crivella tinha outras opções, outros estados/países para visitar, mas deu preferência ao estado de Israel para a sua **primeira** visita internacional, ou seja, não era uma visita qualquer.

Verificamos, assim, que, na reportagem em análise, o fato de Crivella viajar para um país sobre o qual existe uma memória em funcionamento que o associa a questões religiosas, faz com que o sujeito político, Marcelo Crivella, mostre-se identificado à posição-sujeito religioso, pois a promessa de não misturar política e religião não está sendo cumprida porque ele, o qual viajou para Israel. Logo, vimos que grande parte da mídia buscou espetacularizar essa posição mostrando que Crivella assume a posição-sujeito religioso, e não cumpre as promessas feitas em campanha ao misturar política e religião.

No excerto a seguir, retirado de uma reportagem do jornal O Globo, o sujeito enunciador faz uma descrição de Crivella e usa alguns adjetivos para (des)qualificá-lo. Vejamos:

(15) O senador e engenheiro Marcelo Crivella, carioca, 58 anos, homem cordial. **Educado, cavalheiro e afável. É um moço de fino trato, como se dizia antigamente. Acho honestamente que ele tem o perfil daquele tipo, como dizia Tancredo Neves (1910-1985), de “político bom para casar com a filha da gente”. A sua fala mansa, suave até, lembra pelo timbre a de muitos sacerdotes, que no seu caso talvez seja herança do tempo que foi missionário na África por dez anos (O GLOBO, 16/09/2016 – Grifos nossos).**

Verificamos aqui que os adjetivos “educado”, “cavalheiro”, “afável”, “moço de fino trato” são usados para qualificar o candidato Crivella, além disso, materializam um discurso segundo o qual existe, em circulação, uma imagem de “bom político”. A expressão em destaque aponta para a relação paradoxal entre o que caracteriza um bom sujeito político e o que define o “político bom para casar com a filha da gente”. Verificamos, inicialmente, que o sujeito enunciador refere-se à Crivella de uma forma irônica, pois o qualifica, através dos adjetivos, como um político bom (apenas) para casar com a filha da gente. Além disso, na parte final do excerto, destaca-se, na fala de Crivella, o timbre da voz, que pode ser uma herança da vida missionária de anos atrás, retomando a posição-sujeito religioso.

Dessa forma, vimos que, no excerto em análise, embora seja possível pensar em uma identificação com o sujeito político, Crivella não é identificado nessa posição-sujeito, pois a forma como o candidato é apresentado pelo sujeito enunciador coloca-o numa posição contrária ao processo de subjetivação com o sujeito político, ou seja, Crivella apresenta características que criam uma “boa imagem” do mesmo, porém, não são suficientes para que seja possível assumir um cargo na política, mas apenas para “casar com a filha da gente”.

Neste tópico, verificamos que, em 2016, Crivella assumiu duas posições-sujeito: religioso e político. Em muitos casos, o vínculo que o candidato tem com a religião o coloca em uma situação não favorável em relação aos eleitores que não são evangélicos. Além disso, vimos, nesta última análise, que Crivella é apresentado como um político bom apenas para “casar com a filha da gente”, através de uma descrição irônica feita pelo sujeito enunciador.

2.5 Considerações sobre posição-sujeito efeitos de sentido nas reportagens de 2014 e 2016

Neste capítulo, analisamos como, nas materialidades linguísticas das reportagens que tratam da campanha de Marcelo Crivella em 2014 e em 2016, é possível identificar as posições-sujeitos e os efeitos de sentido que emergem do discurso materializado na/pela mídia. Portanto, com as análises, verificamos que o sujeito Marcelo Crivella foi identificado em duas posições-sujeito: sujeito político e sujeito religioso.

No que se refere à campanha de 2014, os excertos analisados mostraram que Crivella assume um dos dois posicionamentos. Trata-se de uma identificação ora com o político, ora com o religioso. Vimos, com as análises, que Crivella se identifica com a posição-sujeito religioso, realizando ações que o vinculam a esta posição, como atuar em favor de temáticas religiosas, usar o perfil religioso para conquistar o eleitorado evangélico. Porém, apesar de estar identificado em tal posição, Crivella busca se desvincular de temas religiosos para reduzir sua rejeição, o que mostra, por meio de um pré-construído, que religião e política não devem se misturar.

Essa dupla identificação, em algumas das reportagens analisadas, mostra a existência de um conflito entre essas duas posições-sujeito: religioso e político. Nesse sentido, uma grande parte da mídia atua espetacularizando esse conflito a fim de mostrar que Crivella se subjetiva em determinada posição-sujeito apenas para conseguir benefícios na vida pública.

Em relação à análise dos dados da campanha de 2016, verificamos, assim como nas análises dos dados de 2014, a identificação de Crivella com duas posições sujeitos. Vimos que Crivella identifica-se com a posição sujeito político ao mesmo tempo em que busca se desvincular do sujeito religioso, afirmando que a igreja não interfere na sua vida política. Porém, quando pretende conquistar o eleitorado evangélico, o político se identifica na posição-sujeito religioso a fim de criar uma imagem positiva para beneficiá-lo na campanha.

Além disso, vimos também que, quando identificado na posição-sujeito político, Crivella é tratado como um político profissional, que tem capacidade retórica. Todavia, tais características são decorrentes da sua trajetória de pastor e de bispo, o que mostra uma relação de similaridade entre essas duas posições-sujeitos, já que a suposta capacidade retórica do senador, adquirida durante sua trajetória religiosa, contribui para sua trajetória como sujeito-político.

Em síntese, vimos, nesse capítulo, o estabelecimento de uma relação entre posições-sujeitos e efeitos de sentido. No próximo capítulo veremos como a mídia discursiviza tais posições sujeitos com base na relação entre efeitos de sentido e memória. Para tanto, discutimos as noções de discurso e de memória para, posteriormente, apresentarmos as análises dos dados.

3 POLÍTICA E RELIGIÃO: A DISCURSIVIZAÇÃO MUDIÁTICA DASCAMPANHAS ELEITORAIS DE MARCELO CRIVELLA

3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, analisamos como a mídia discursivizou a campanha de Marcelo Crivella nas eleições estaduais e municipais do Rio de Janeiro, em 2014 e em 2016, respectivamente. Trata-se, mais especificamente, de analisar qual memória é retomada/reconfigurada na/pela mídia durante as referidas campanhas eleitorais.

Em um primeiro momento, apresentamos a noção de discurso, conforme trabalhada no âmbito da Análise de Discurso de linha francesa. Para tanto, discutimos o conceito de discurso, conforme definido por Pêcheux (1983), considerando a relação entre estrutura e acontecimento. Além da noção de discurso, tratamos também do conceito de memória, de acordo com os pressupostos da Escola Francesa de Análise de Discurso.

O conceito de memória discursiva é introduzido na AD por Courtine (1981), que parte do conceito de domínio de memória de Foucault (1969) e o reconfigura no âmbito da AD. Pêcheux (1983), que também trata do referido conceito, define memória discursiva como aquilo que corresponde ao já dito, ao que fala antes, em outro lugar. Fonseca-Silva (2007b) defende que toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva²³. Assim, com base nessas contribuições e entendendo que os textos veiculados na mídia são materialidades discursivas que, conforme defende Fonseca-Silva (2007b), funcionam como lugares de memória discursiva, analisamos os textos divulgados na/pela mídia em 2014 e em 2016 acerca das eleições estaduais e municipais do Rio de Janeiro, respectivamente. Esse é, portanto, o *corpus* das análises aqui empreendidas.

A organização deste capítulo se apresenta da seguinte forma: apresentação da teoria que sustenta as análises, e análise dos dados. O *corpus* analisado é composto por materialidades que configuram dois momentos de análise. Primeiramente, tratamos das eleições de 2014, quando Crivella concorreu ao cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro. Em um segundo momento, apresentamos dados referentes às eleições municipais de 2016, quando o referido candidato saiu vitorioso.

²³O conceito de lugar de memória (FONSECA-SILVA, 2007) será apresentado, de forma mais detalhada, no próximo tópico.

3.2 Discurso e Memória

3.2.1 Sobre a noção de discurso

A Análise de Discurso de linha francesa (Doravante AD) surge no final da década de 1960, com base nas contribuições de dois franceses, o linguista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux, que tinham como objetivo buscar na Linguística novas formas de abordar a política, rompendo com a forma tradicional de explicação de textos (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 88). A referida disciplina tem sua construção teórica articulada entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, e seu objeto de estudo é o discurso, o qual é visto como o lugar onde língua, história e sujeito se entrelaçam.

Em sua obra, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2006 [1983a]) define discurso como estrutura e acontecimento, como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. O livro, que é resultado da conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras, restrições”, proferida na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, em julho de 1983, é dividido em três momentos, a saber: “Introdução”; “Ciência, Escolástica e Estrutura”; “Ler, Descrever e interpretar”.

Na introdução, ao discutir a questão do marxismo e suas relações com as outras disciplinas, o autor propõe uma reflexão acerca do discurso como estrutura e como acontecimento, e, para isso, aponta três caminhos que ele resolve seguir, assumindo, em cada uma das três partes do texto, um desses caminhos. O primeiro é partir do conceito de enunciado, visto como qualquer materialidade significativa ou seja como sinônimo de formulação linguística, e trabalhar a partir dele. Para tanto, o autor analisa o enunciado *On a gagné* [Ganhamos] tal como atravessou a França no dia 10 de maio de 1981. O Segundo caminho é, com base em uma questão filosófica, a qual envolve o que o autor chama de “ciências régias”²⁴, mostrar o discurso como estrutura e também como acontecimento. Por fim, Pêcheux propõe um terceiro caminho, o da tradição francesa de análise de discurso, mostrando a relação entre a análise como descrição e como interpretação.

Inicialmente, o autor analisa o enunciado *On a gagné* [Ganhamos], que apareceu nas ruas de Paris por ocasião da vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais da França, em 1981. Esse enunciado é definido como um acontecimento, ou seja, como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 1983, p. 17). Segundo o autor, esse

²⁴ As ciências régias, para Pêcheux (1983) são as disciplinas que buscavam dar conta do real.

acontecimento que aparece na grande máquina televisiva como “global”, análogo a um jogo de futebol, é o acontecimento jornalístico, ligado ao fenômeno de *mass-media*, que remete a um conteúdo sócio-político, o qual é, ao mesmo tempo, transparente e opaco.

Em outras palavras, o acontecimento jornalístico da mídia, que se apresenta como uma vitória esportiva, reatualiza dizeres, por meio de formulações retomadas de um lado a outro do campo político, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória, pois é um acontecimento que já havia começado bem antes do dia 10 de maio de 1981, mas se reatualizou em decorrência da comemoração da vitória presidencial de F. Mitterrand.

Nessa perspectiva, Pêcheux defende que os enunciados “F. Mitterrand é eleito presidente da República Francesa”, “A esquerda leva a vitória eleitoral dos presidencialistas”, e “A coalização socialista-comunista se apodera da França”, embora possam remeter ao mesmo fato histórico, não constroem as mesmas significações sobre esse fato. A partir daí, Pêcheux mostra a relação entre estrutura e acontecimento, uma vez que um mesmo acontecimento histórico pode dar origem a enunciados distintos e, conseqüentemente, a acontecimentos discursivos distintos.

Ainda segundo o autor, a língua é opaca e é essa opacidade que permite o uso de um enunciado em mais de um campo discursivo. Para o referido autor:

[...] o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual da realização do lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) emerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, comentários, alusões, etc - isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 23).

Dessa forma, segundo Pêcheux, a interpretação político-esportiva do enunciado *ona gagner* não funciona como uma proposição estabilizada, ou seja, não é a designação de um “acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas senão com a condição de se interrogar a referência do sujeito do verbo “gagner”” (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 23).

Para Pêcheux, é preciso considerar que existe o que é da ordem da estrutura e também o que é da ordem do acontecimento, do novo, o qual corresponde ao irremediavelmente equívoco. Porém as ciências régias e, em certa medida, também o estruturalismo, mesmo que esse tenha surgido, em princípio, para se opor ao fantasma da ciência régia, negam o equívoco

e é isso que Pêcheux critica, pois, ainda segundo o referido autor, é preciso olhar para o equívoco.

Diante disso, o autor apresenta três exigências necessárias para se trabalhar no interior das disciplinas de interpretação. Nas palavras do próprio Pêcheux (2006 [1983a]), o livro em questão apresenta as “maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 49). Essas maneiras de trabalhar, segundo o autor, impõem um certo número de exigências. A primeira exigência refere-se à descrição. Nas palavras do autor:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe, ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua [...]. Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem intenção conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência, no sentido de Jakobson e de Lacan (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 50).

A segunda exigência é reconhecer que há sempre a possibilidade do equívoco. Nesse sentido, a descrição também está exposta ao equívoco, visto que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro” (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 53). Assim, toda sequência de enunciado é linguisticamente descritível, oferecendo lugar à interpretação, ou seja, toda descrição está exposta ao equívoco, ao deslizamento de sentido, ao novo. E é esse ponto, principalmente, que interessa à análise de discurso.

A terceira e última exigência, que está vinculada às duas anteriores, é reconhecer que todo discurso é fruto da relação entre estrutura e acontecimento. Assim, Pêcheux afirma que:

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo de filiações e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (PÊCHEUX, 2006 [1983a] p. 57).

Para o autor, o discurso deve ser compreendido como, além de estrutura, acontecimento, isto é, deve ser levada em conta a relação entre atualidade e memória, e não apenas a estrutura historicamente determinada, logo o discurso se constitui na relação entre o que já está lá e o que mantém a possibilidade do novo e que está sempre sujeito ao deslize e ao equívoco.

3.2.2 *Sobre os lugares de memória discursiva*

Conforme salientamos na introdução deste capítulo, tratamos aqui também do conceito de *lugar de memória discursiva*, uma vez que, conforme Fonseca-Silva (2007b), os textos veiculados na mídia funcionam como materialidade discursiva e como lugares de memória discursiva. Sendo assim, discutimos neste tópico o conceito de *memória discursiva* (COURTINE, 1981), *lugares de memória* (NORA, 1984), e *lugares de memória discursiva* (FONSECA-SILVA, 2007).

Courtine (1981) parte do conceito de domínio de memória de Foucault²⁵ (1969) e o reconfigura em seu trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos no âmbito da análise do discurso. Para o autor, a noção de memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2009, p. 105-106). Nesse sentido, a memória discursiva não diz respeito à memória psicológica, nem à memória que interessa aos psicolinguistas.

Pêcheux (1983), em *Papel da memória*, trata da noção de memória discursiva que deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCEHUX, 2010, p. 50), e não no sentido da memória individual, psicológica. Nessa perspectiva, o autor trata da memória como a estruturação de materialidades discursivas complexas, estendida em uma dialética da repetição e da regularização. Para o autor:

/.../ a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos; etc) de que sua própria leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCEHUX, 2010, p. 52).

²⁵ Em “A Arqueologia do saber”, Michel Foucault (1969) trata do conceito de *domínio de memória*, a fim de definir o conceito de enunciado.

A citação acima mostra que a memória discursiva é um espaço de retomada de discursos anteriores que são atualizados no acontecimento discursivo, reestabelecendo os implícitos numa perspectiva ideológica.

Nora (1984), em *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, retoma Halbwachs (1950) no que se refere à oposição entre memória e história²⁶. Para Nora (1984), a memória está em evolução permanente, é um fenômeno sempre atual, um laço vivido no presente eterno, enquanto a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado. A memória emerge do grupo que ela une, dessa forma:

/.../ a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal [...] (NORA, 1984, p. 21).

O autor defende que para que a memória exista em algum lugar é preciso criar *lugares de memória*. Esses lugares, ainda segundo o autor, podem ser museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, etc. Dessa forma, é preciso criar arquivos, manter aniversários, celebrações, associações, etc., pois “os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1964, p. 25), e essas operações não são naturais.

Com base nos conceitos de *domínio de memória* (FOUCAULT, 1969), *memória discursiva* (COURTINE, 1981), e *lugares de memória* (NORA, 1964), Fonseca-Silva (2007) cunha e faz funcionar o conceito de *lugares de memória discursiva* para pensar as mídias como *lugares de memória discursiva* na sociedade contemporânea. Ainda segundo a autora:

Nos movimentos de mundialização da cultura e globalização, que altera a própria noção de espaço, a memória discursiva e coletiva se articula pelos diversos meios de comunicação, parte de uma mesma comunidade simbólica. Na rede interdiscursiva constitutiva da mídia, os sujeitos são produzidos pelas diversas práticas historicamente instituídas e apresentadas na descontinuidade entre o presente construído; pelos recortes que realiza; e

²⁶ Halbwachs (1950) estabelece a distinção entre memória e história para tratar da constituição de uma memória coletiva. Para ele, a memória é um movimento contínuo e deve ser pensada a partir da coletividade (memória coletiva), pois retém aquilo que está vivo na memória de um grupo. A história, por sua vez, é o lugar da objetividade, que busca estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, e reestabelecer a continuidade interrompida. Para o autor, a história começa no ponto onde acaba a memória, e esta última acaba quando os grupos que a sustentam deixam de existir, sendo necessário, portanto, fixá-las em narrativas escritas.

pelo conjunto de enunciados dispersos, no sentido de Foucault (1969) e retomado por Courtine (1981), que forma o saber histórico de uma sociedade sobre aquilo que a constitui e a diferencia das outras (FONSECA-SILVA, 2007b. p. 25).

Assim sendo, partindo dessa afirmação de que a mídia é pensada como um lugar de memória discursiva, definimos as reportagens/matérias jornalísticas na mesma perspectiva a fim de identificar os diferentes discursos que são materializados nos referidos textos e que circulam na sociedade.

Para realizar a análise do *corpus*, inicialmente, fizemos um recorte a fim de situar quais são as regularidades que aparecem no material analisado. Em um primeiro momento, ao verificar que a candidatura de Crivella para governo do Rio de Janeiro em 2014 era, muitas vezes, mencionada em reportagens sobre a campanha de 2016, surgiu-nos a necessidade de mostrar como o sujeito político Marcelo Crivella foi materializado na/pela mídia em 2014. Vimos, assim, que houve uma discursivização, por parte da mídia, que, reproduzindo discursos em circulação na sociedade, estabelecia uma relação entre o candidato e o campo religioso neopentecostal, mais especificamente, a Igreja Universal do Reino de Deus. Assim sendo, na tentativa de estabelecer um percurso cronológico, analisamos, nesta dissertação, dados referentes à campanha de Crivella de 2014 e de 2016, respectivamente²⁷.

3.3 Análise do *corpus*: o funcionamento da memória discursiva na campanha de Marcelo Crivella em 2014

Nesse tópico, verificamos como o candidato Crivella é discursivizado pela mídia nas eleições de 2014. Analisamos, portanto, como a campanha de Crivella em 2014, quando o referido candidato concorria ao governo do Rio de Janeiro, foi apresentada na/pela mídia. Para tanto, verificamos várias matérias publicadas na mídia em sites/jornais diferentes (*Folha de São Paulo*, *Estadão*, *G1* e *Carta Capital*), a fim de identificar quais efeitos de sentido e qual memória discursiva foram retomado(a)s/reconfigurado(a)s nas diferentes materialidades discursivas. A esse respeito, vejamos, inicialmente, os excertos seguir.

(16) O senador Marcelo Crivella (PRB), candidato ao governo do Rio, atuou no Congresso em favor de temas de interesse de evangélicos e de sua denominação, a Igreja Universal do Reino de Deus. **Bispo licenciado, o senador tem buscado se desvincular de temas religiosos durante a**

²⁷ Marcelo Crivella começou sua carreira política bem antes de 2014, mas, devido ao recorte e à pergunta que objetivamos responder nesta dissertação, analisamos somente a partir dessa data.

campanha para reduzir sua rejeição. Alega que nunca usou o cargo em favor de evangélicos. (FOLHA DE S. PAULO, 09/09/2014 – Grifos nosso).

- (17) O senador propôs ainda dez sessões especiais e votos de louvor a entidades evangélicas e católicas. Essas iniciativas são minorias entre as 414 medidas propostas por Crivella no Senado, que apresentou projetos de lei sobre a segurança pública, emprego, relações exteriores, entre outros temas. Mas contradizem a afirmação do senador que disse nunca ter proferido um discurso ou projeto de lei com temas religiosos. **Crivella diz que as iniciativas não configuram uma mistura entre política e religião. “Misturar política com religião é pegar dinheiro do Estado para beneficiar uma igreja ou alguma religião. Nunca fiz isso”, afirmou.** (FOLHA DE S. PAULO, 09/09/2014 – grifos nossos).
- (18) Em nota divulgada nesta quinta-feira (16), o candidato do PRB afirmou que não esteve em nenhuma igreja durante a campanha por achar que não devia fazer política dentro de igrejas. **“Eu não faço e não recomendo. Mas o problema não é misturar política com religião. O problema é misturar política com corrupção”, alegou Crivella, fazendo menção às denúncias de corrupção do atual governo.** (G1, 16/10/2014 – grifo nosso).

O primeiro excerto faz parte de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*²⁸, que trata da atuação de Crivella no Congresso em favor de questões ligadas à temática religiosa. Nos trechos destacados, “bispo licenciado, o senador tem buscado se desvincular de temas religiosos durante a campanha” e “para reduzir sua rejeição” verificamos dois funcionamentos discursivos que mostram que há uma memória segundo a qual: i) há uma vinculação de temas religiosos à campanha do candidato; e ii) há uma rejeição (devido ao vínculo com a religião) que precisa ser reduzida. Segundo Orlandi (1999), a memória, quando pensada em relação ao discurso, apresenta certas características. Para a autora:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como o que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentado cada tomada da palavra (ORLANDI, 1999, p. 31).

Nesse sentido, podemos afirmar que há um funcionamento discursivo que reatualiza dizeres implícitos na materialidade discursiva de discursos anteriores, os quais mostram que o vínculo entre religião e política precisa ser negado.

²⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1513272-candidato-ao-governo-do-rio-crivella-atuou-em-favor-de-igrejas-no-senado.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Verificamos também, nos excertos sob análise, a materialização da negação da suposta mistura entre política e religião. Em 16, vemos que o enunciado “alega que **nunca** usou o cargo em favor de evangélicos” materializa essa negação. No excerto 17, constatamos que o discurso ali materializado retoma, por uma ação da memória sobre a atualidade, a relação de Crivella com a religião, pois, além de negar que as iniciativas tomadas em relação aos projetos apresentados no Senado configuram interesses em temas religiosos, o próprio Crivella mostra que há uma relação entre política e religião, quando diz, por meio de uma frase em discurso direto, que misturar política e religião é beneficiar uma igreja com o uso de dinheiro do Estado, afirmando, por fim, que nunca fez isso.

Além disso, as falas de Crivella, “nunca fiz isso”, no excerto 17, e “eu não faço e não recomendo”, em 18, mostram que ele nega algo que, segundo certa memória, existe. Vemos também que há um funcionamento discursivo que afirma que existe uma mistura entre política e religião. Tal funcionamento encontra-se materializado na própria fala de Crivella, quando ele afirma que: “o problema não é misturar política com religião. O problema é misturar política com corrupção”.

A seguir, analisamos dois trechos de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*²⁹ cujo título é: “Ataques de Pezão a Crivella e à Igreja Universal dividem o PMDB”.

(19) Nesta terça-feira (14), Pezão manteve as críticas à Universal em debates na rádio CBN, mas **focou em crimes financeiros supostamente cometidos pelo rival em favor da Igreja**. O governador citou processos já arquivados envolvendo duas empresas de Crivella, registradas em paraísos fiscais, e o uso de seu nome para a compra de duas afiliadas da TV Record. **“Você é testa de ferro do Bispo Macedo [fundador e principal líder da Universal]”, disse Pezão.** (FOLHA DE S. PAULO, 15/10/2014 – Grifos nosso).

(20) Crivella nega que Macedo possa interferir em seu governo e criticou Pezão. “Todos temos liberdade religiosa. Cada um escolhe a sua e **isso não é crime**. Ele faz acusações injuriosas e vai responder na Justiça por isso. (FOLHA DE S. PAULO, 15/10/2014 – Grifos nossos).

Vemos, aqui, mais uma vez, a emergência de um discurso segundo o qual há uma relação entre Crivella e a IURD. Aqui, tal relação é discursivizada por meio da fala do candidato adversário de Crivella na campanha ao governo do Rio de Janeiro, em 2014, Luiz Fernando Pezão. Segundo o referido político, Crivella teria cometido “crimes financeiros” a fim de favorecer a IURD. O efeito de memória materializado nos comentários de Pezão é o de

²⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1532824-ataques-de-peza0-a-crivella-e-a-igreja-universal-dividem-o-pmdb.shtml>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

que a relação entre Marcelo Crivella e a IURD é ilícita, uma vez que envolve supostos crimes. Além disso, ao trazer um trecho em discurso direto da fala de Pezão, em que ele afirma que Crivella é “testa de ferro do Bispo Macedo”, a *Folha de S. Paulo* faz emergir um efeito de memória segundo o qual o então candidato ao governo do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, é discursivizado como alguém que é comandado pelo Bispo Edir Macedo, alguém que age com base nas determinações do referido bispo, favorecendo transações supostamente ilegais. Nesse caso, Crivella assume uma suposta liderança, mas não tem poder, pois agiria segundo as ordens do bispo Macedo. Ou seja, não é Crivella que, de fato, governa.

O excerto a seguir é de um texto publicado na revista *Carta Capital*³⁰. O texto trata da disputa pelo voto evangélico no Rio de Janeiro. Vejamos, então, o excerto:

(21) Na conversa entre o candidato pelo PRB e os eleitores que passam pela praça, as duas primeiras perguntas – **“Qual é o seu nome?”** e **“Onde você mora?”** – vêm seguidas por uma espécie de bênção: **“Vá com Deus, dona Eugênia”** e **“Obrigada, irmão”** como se quem passasse por ali esperasse um **“pastor”**, não um **“político”** (CARTA CAPITAL, 21/09/2014 – Grifo nosso).

O excerto acima mostra o funcionamento de um discurso que estabelece uma relação de mistura entre política e religião. Verificamos que as formulações linguísticas apresentadas pelo enunciador da reportagem como pertencendo a Crivella (que aparece no excerto como sendo “o candidato do PRB”) são: “vá com Deus, dona Eugênia” e “obrigada irmão”, seguidas pelo enunciado: “como se quem passasse por ali esperasse um ‘pastor’ e não um ‘político’”. Essas falas marcam uma relação opositiva entre pastor e político. No discurso materializado no excerto em análise, pastor e político são dois lugares que se misturam. Tal discurso retoma uma memória segundo a qual religião e política não devem se misturar. Além disso, as falas, atribuídas a Crivella e apresentadas na forma de discurso direto, conferem ao texto um efeito de autenticidade.

O excerto analisado a seguir também faz parte de uma reportagem da revista *Carta Capital*. Verificamos, mais uma vez, o efeito de sentido da relação entre política e religião. Nesse caso, é possível constatar, por meio da fala de Crivella, a afirmação de que já houve influência da religião na política:

(22) Apesar da mensagem de fé que joga aos eleitores em potencial, **Crivella nega que a religião influencie a política nos dias de hoje.**

³⁰ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-disputa-pelo-voto-do-irmao-evangelico-no-rio-6893.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

“Hoje em dia não. A gente precisa realmente verificar um projeto, verificar a ficha do candidato [...]” (CARTA CAPITAL, 21-09-2014 – Grifo nosso).

Aqui, identificamos, mais uma vez, o funcionamento de um discurso que aponta para uma memória segundo a qual há uma relação entre política e religião. Isso se mostra através da necessidade de o candidato negar essa influência, pois, quando o próprio Crivella afirma que “hoje em dia não”, ele mostra, implicitamente, que, em algum momento, houve essa influência. Segundo Orlandi (1999), é importante considerar que sempre há no dizer um não dizer necessário. Ou seja, “o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 1999, p. 82 - 83). Assim, quando Crivella diz que “hoje em dia não”, o dizer que se atualiza nessa formulação é o de que antes havia uma influência da religião na política.

O excerto seguinte, retirado de uma reportagem publicada no site do jornal *Estadão*³¹, trata da apreensão de material de campanha de Crivella em um templo da IURD pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Segundo o excerto, há uma relação de Crivella com a referida instituição religiosa. Vejamos, então:

(23) A Universal tem sido centro das críticas do adversário de Crivella, o governador e candidato à reeleição, Luiz Fernando Pezão (PMDB). Enquanto a campanha peemedebista **reforça** a ligação do ex-ministro da Pesca e a igreja, fundada por seu tio, o bispo Edir Macedo, **Crivella tenta dissociar sua imagem da instituição**, afirmando estar licenciado da função de bispo desde que entrou na vida pública (ESTADÃO, 25/10/2014 – Grifos nossos).

No excerto acima, verificamos o funcionamento de um discurso segundo o qual há um vínculo entre Crivella e a Igreja Universal do Reino de Deus. A afirmação presente no texto, segundo a qual a campanha do candidato do PMDB **reforça** a ligação do ex-ministro da pesca com a IURD, faz funcionar um discurso segundo o qual a imagem de Crivella se constrói na sua relação com a IURD, o que faz emergir o efeito de sentido de que, no âmbito da política, isso é algo que deve ser evitado, daí a necessidade do candidato dissociar sua imagem da instituição religiosa. Isso mostra, por meio da ação de uma memória sobre a atualidade, que é preciso haver uma separação entre política e religião, entre vida pública e vida privada, no que se refere a questões políticas.

³¹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,tre-rj-lacra-predio-da-igreja-universal-e-apreende-material-de-campanha-de-crivella,1582587>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Com as análises, verificamos que a discursivização da campanha de Crivella em 2014 mostra o funcionamento de uma memória de que há uma vinculação de temas religiosos à campanha de Crivella, e, portanto, há uma necessidade de negar tal vinculação. Além disso, vimos que há o funcionamento discursivo que mostra uma relação de submissão entre o bispo licenciado e o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, pois, segundo algumas das reportagens analisadas, Crivella age segundo as ordens do tio Edir Macedo.

3.3.1 Análise dos dados de 2016

As análises deste tópico referem-se à campanha de Marcelo Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016. Conforme salientamos anteriormente, nesse tópico as análises serão organizadas conforme as regularidades que encontramos nos dados. Inicialmente, analisamos a relação de Crivella com o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo; depois analisamos a relação do partido ao qual Crivella é filiado, PRB, com a Igreja Universal; e, por fim, a associação da candidatura de Crivella a um “plano de poder” de Edir Macedo. Tudo isso para mostrarmos como a grande parte da mídia discursivizou a campanha de Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016, e qual memória emerge dessas reportagens no que diz respeito à relação entre política e religião.

3.3.1.1 O sujeito político Crivella e a IURD: um laço familiar

O primeiro excerto que analisamos, publicado em setembro de 2016, pelo *Jornal O Globo* e cujo título é “Igreja Universal do Reino da Política”³², trata da possibilidade, até então, de Marcelo Crivella se tornar a primeira autoridade religiosa evangélica a comandar uma metrópole do tamanho do Rio de Janeiro.

(24) Agora, pode se tornar a **primeira autoridade religiosa** a comandar uma metrópole do tamanho do Rio. **É claro que, antes, tem de enfrentar a rejeição, que já foi bem maior no passado – pelo vínculo de sangue com a Universal. Para isso, licenciou-se da igreja e omite em sua propaganda eleitoral qualquer referência a ela.** O senador fluminense se defende dizendo ser vítima de preconceitos contra evangélicos, o que existe, em parte, na elite ligada ao catolicismo. **Só que ele não é um evangélico qualquer. É da cúpula da Igreja. É**

³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ancelmo-gois/igreja-universal-do-reino-da-politica-20122063>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

como se Dom Orani pedisse licença da Igreja Católica e, com ajuda das 260 igrejas do Rio, fosse candidato a prefeito. E olha que Dom Orani não é sobrinho do papa (O GLOBO, 16/09/2016 – Grifos nossos).

Nesse excerto, verificamos a emergência de um discurso segundo o qual Crivella pode ser “a primeira autoridade religiosa a comandar uma metrópole do tamanho do Rio”. Aqui, a expressão referencial define Crivella como sendo uma “autoridade religiosa” e não um político ou um candidato. Nesse sentido, vemos materializado um discurso segundo o qual Crivella “tem de enfrentar uma rejeição”, a qual também é relacionada ao vínculo do referido candidato com a Igreja Universal do Reino de Deus. Vale salientar que, quando se diz que o referido vínculo é “de sangue”, faz-se referência, por um jogo entre memória e atualidade, ao fato de Crivella ser sobrinho (tendo portanto um vínculo sanguíneo) de Edir Macedo. Mas, além disso, a expressão “vínculo de sangue” remete a uma ligação forte, pois, como dito mais abaixo, ele é “da cúpula da igreja”.

Assim, verificamos a materialização de um efeito de sentido segundo o qual a relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus causa rejeição, o que ocorreu em eleições anteriores, por isso, a necessidade do candidato se licenciar da IURD e “omitir” sua relação com a referida instituição religiosa na propaganda eleitoral. Além disso, verificamos também que a posição que Crivella assume na igreja é tratada como “diferencial”, pois “ele não é um evangélico qualquer. É da cúpula da igreja”, o que aponta para o efeito de que a posição, ou o cargo exercido por Crivella na igreja o torna especial, diferente dos demais.

Vemos, ainda, que o nível de importância do cargo que Crivella exerce na Igreja Universal é comparado ao do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani, que, segundo o excerto, caso se candidatasse a prefeito do Rio, poderia ser eleito com a ajuda das 260 igrejas católicas da arquidiocese do Rio de Janeiro. Essa afirmação faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual as igrejas evangélicas, ou as neopentecostais, ajudam na eleição de Crivella. Podemos verificar também que quando o texto do jornal *O Globo* afirma que “Dom Orani não é sobrinho do papa”, fazendo referência ao laço familiar entre Crivella e Edir Macedo, esse último é colocado no mesmo patamar do papa, para Igreja Católica, fazendo funcionar um efeito de memória que reforça a liderança de Macedo na IURD.

O excerto a seguir, retirado de uma reportagem do jornal *El País*³³, também destaca a importância de Crivella como evangélico.

³³Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474998409_666777.html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

- (25) Mas, apesar de seus esforços para separar púlpito e palanque, **Crivella não é um evangélico comum. Ele é sobrinho de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, a terceira igreja mais poderosa do Brasil.** Macedo é dono, ainda, da tevê *Record*, palanque fundamental para um candidato que não que não deixa passar um dia sem lamentar os “ataques” que ele diz sofrer da todo-poderosa TV Globo e os jornais do grupo. **Suas alianças com o clã familiar do ex-governador do Rio Anthony Garotinho (PR) que já foi condenado por formação de quadrilha, para mais que dobar seu tempo em televisão também estão sendo questionados.** Mas ele com oratória de pastor, modulando o tom e a expressão facial, repete: “A política precisa de alianças, ninguém pode ganhar uma eleição sozinho. A aliança que eu consegui com o PR nos deu tempo de televisão, mas não foi nenhuma condição do ex-governador de participar do meu governo [...] Poderei, sim, lidar com a deputada Clarissa Garotinho, que foi quem me ajudou a construir essa aliança (EL PAÍS, 29/09/2016 – Grifos nossos).

O excerto 25 faz parte de uma reportagem publicada em setembro de 2016 no site do jornal *El país* trata da liderança de Crivella na disputa das eleições. Assim como no excerto 24, vimos a materialização de um discurso segundo o qual Crivella tem uma grande importância como evangélico, pois lemos no texto sob análise que “Crivella não é um evangélico comum”. Dessa forma, ser “sobrinho de Edir Macedo” (25), ou ser “da cúpula da igreja” (24) faz funcionar o efeito de sentido de que o laço familiar que Crivella tem com Edir Macedo é um diferencial.

Verificamos também que a TV *Record* é caracterizada como um “palanque” no qual Crivella lamenta os “ataques” que sofre da Rede Globo e dos jornais do grupo, o que faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual Crivella usa a TV Record, que é do seu tio Edir Macedo, para se defender desses supostos “ataques” e fazer a sua propaganda política. Além disso, a família do ex-governador Anthony Garotinho, com quem Crivella mantém alianças, é caracterizada, na materialidade discursiva sob análise, como um “clã”, termo que remete a uma memória segundo a qual a referida família é um grupo político, no caso, um grupo político ligado ao crime de formação de quadrilha, e a aliança de Crivella com esse “clã familiar” reflete negativamente na sua campanha.

O excerto 26 mostra que Crivella foi **chamado de bispo** nos debates e propagandas políticas, e isso funciona como uma acusação que produz certo efeito. Vejamos abaixo:

- (26) Nos debates e em propagandas de adversários, **Crivella foi chamado de bispo e acusado de, se eleito, entregar o comando do governo à Igreja Universal. Ele nega que irá misturar política com religião.** “É impressionante como eles inventam essa conversa, esses boatos. É verdade que eu fui bispo, e tenho muito orgulho disso, mas fui também motorista de praça, fui professor, sou engenheiro, senador e fui ministro

da pesca” afirmou, no último debate, antes do pleito, na última quinta-feira (29) (UOL, 02/10/2016 – Grifos nossos e do autor, respectivamente).

No excerto 26, referente a uma reportagem do site *Uol*³⁴, há um destaque me relação a forma como Crivella é tratado nos debates e propagandas de seus adversários: “foi **chamado de bispo** e **acusado** de, se eleito, entregar o comando do governo à Igreja Universal”, e para se defender de tais acusações, Crivella “nega que irá misturar política com religião”. Verificamos, aqui, que as expressões destacadas produzem um efeito de sentido segundo o qual Crivella não faz separação entre sua vida pública e sua vida privada, o que faz funcionar uma memória segundo a qual Crivella é submisso ao seu tio Edir Macedo, dono da Igreja Universal do Reino de Deus. Além disso, a expressão “foi chamado de bispo” produz um efeito de acusação em relação ao referido candidato, e isso, de certa forma, é visto como problemático pela campanha política de Crivella. A esse respeito, vejamos os dois próximos excertos³⁵:

(27) Então, a pergunta que a população do Rio de Janeiro deveria se fazer é a seguinte: **a relação de Crivella com a Universal é uma questão privada ou pode se tornar um problema público?** (CARTA CAPITAL – 25/10/2016 – Grifo nosso).

(28) Crivella **agora diz que ele não tem preconceito nenhum, que defende o Estado laico e que não permitirá influência de sua igreja no governo. Contudo sua trajetória pública mostra exatamente o contrário** (CARTA CAPITAL – 25/10/2016 – Grifo nosso).

Nos recortes acima, vimos que, em 27, há a materialização de um discurso, o qual é reforçado por meio de uma pergunta retórica, que, mais uma vez, indica a existência de uma relação entre Crivella e a Igreja Universal do Reino de Deus. Ainda segundo o discurso materializado no excerto, tal relação pode se tornar um problema no âmbito político. Sobre perguntas retóricas, Bakhtin e Volochinov (1929, p. 170) defende que estas “podem ser interpretadas como uma pergunta da parte do autor, mas também como uma pergunta de um personagem”. Para Silva (2006, p. 179), trata-se de um tipo de estratégia que é comum em textos argumentativos, pois, segundo a autora, por meio de uma pergunta retórica, o autor procura antecipar possíveis dúvidas ou questionamentos de seu leitor. Dessa forma, no excerto em análise, a pergunta retórica produz um efeito de dúvida que remete à possibilidade

³⁴Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/crivella-e-freixo-vaao-2-turno-para-a-prefeitura-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

³⁵ Disponíveis em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-e-a-igreja-universal>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

de existência de um problema público decorrente da relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus.

No excerto 28, há a retomada da memória de pronunciamentos feitos por Crivella em anos anteriores, o qual, ainda segundo o texto sob análise, criticava outras religiões e grupos de LGBTs de forma preconceituosa. Mas, ainda segundo o que lemos no texto sob análise, “Crivella **agora** diz que ele não tem preconceito nenhum”, o que indica que antes ele tinha preconceito e agora ele procura se distanciar desse discurso.

Nos excertos a seguir, que fazem parte de uma reportagem do jornal *Estadão*³⁶, verificamos, mais uma vez, materializada a relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus na campanha eleitoral, e também a relação de Crivella com o seu tio Edir Macedo. Vejamos:

- (29) Presidente interino do PRB, Eduardo Lopes, **diz não ver problema no fato de o candidato à prefeitura do Rio, que é bispo licenciado da Iurd, não mencionar a igreja durante a campanha** (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).
- (30) **Acusado por adversários de misturar política e religião**, Crivella omitiu no site da campanha o fato de ser fiel e bispo licenciado da Universal [...]. (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).
- (31) **‘Carimbo’**. Para o deputado federal, Chico Alencar (PSOL-RJ), **a estratégia de omitir a Universal da campanha não tira o “carimbo” da igreja**. [...] (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifos do autor e nosso, respectivamente).
- (32) **Edir Macedo, tio de Crivella, é fundador e maior líder da Universal**. No primeiro turno, o candidato do PMDB, Pedro Paulo, e seu padrinho político, Eduardo Paes, insistiam que, **se eleito, Crivella será “empregado” de Macedo** (ESTADÃO, 07/10/2016 -Grifos nossos).
- (33) **“Quem mistura política com religião não é o Crivella, mas os adversários, pois são os que insistem nessa questão”**, afirma Eduardo Lopes [...] (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifo nosso).

Nos excertos 29 e 30, há, mais uma vez, a materialização de um discurso segundo o qual a imagem de Crivella está associada à Igreja Universal do Reino de Deus. Em 29, a explicativa “que é bispo licenciado da IURD “produz um efeito de memória que, mais uma vez, põe em funcionamento a relação entre Crivella e a IURD. Além disso, ao dizer que

³⁶ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,crivella-omite-universal-de-biografia,10000080762>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

“Eduardo Lopes não ver problema”, cria-se um pré-construído³⁷, por meio da negação polêmica, segundo o qual há quem veja problema, fazendo funcionar, novamente, um efeito de sentido segundo o qual a relação de Crivella com a IURD é algo problemático para ele como sujeito político.

No excerto 30, vemos que a expressão linguística “acusado” faz funcionar o efeito de que Crivella é considerado “culpado” de misturar política e religião. Ainda no excerto 30, o sujeito *Estadão* diz que “Crivella omitiu no site da campanha o fato de ser fiel e bispo licenciado da Universal”, e o excerto 31 indica que “a estratégia de omitir a Universal da campanha não tira o ‘carimbo’ da igreja”. Tais textos materializam um discurso segundo o qual, apesar de haver uma tentativa de “apagar” uma memória que vincula Crivella à Universal, essa estratégia é “inútil”, pois a relação do referido candidato com a Igreja já está marcada (carimbada). Vemos ainda que o verbo “omitir” também remete à memória, pois quem omite, por um efeito da memória sobre a atualidade, mostra-se como não confiável.

O excerto 32 aborda o laço familiar de Crivella e Edir Macedo, que “é o fundador e maior líder da Universal”, fazendo funcionar um efeito de sentido segundo o qual é importante enfatizar essa relação de ambos, pois Edir Macedo não é qualquer pessoa, é o “fundador e maior líder da Universal”, e Crivella é sobrinho desse “personagem importante” no meio religioso. Além disso, vimos, por meio do discurso indireto, que Pedro Paulo, adversário de Crivella no primeiro turno, e Eduardo Paes (padrinho político de Pedro Paulo, à época), afirmaram que Crivella seria “empregado” de Edir Macedo, se fosse eleito. Essa formulação faz funcionar certa memória segundo a qual Crivella prestaria serviços a Edir Macedo, usando de seu cargo na Prefeitura do Rio de Janeiro. Isso mostra também que para governar é preciso ter domínio de si, o que, segundo a fala do seu adversário, Crivella não tem. Foucault (1969) defende que, na Grécia Antiga, o domínio de si ou domínio das paixões estende-se ao governo dos outros. Essa é uma virtude que qualificava o bom político no governo das cidades, pois quem sabia governar a si mesmo era capaz de governar a *polis*. Sendo assim, o texto indica que “se eleito, Crivella será ‘empregado’ de Macedo”, há, nesse caso, a materialização do efeito de sentido de que Crivella não pode governar a *polis* porque não tem domínio de si mesmo.

O excerto 33 mostra, por meio de discurso direto, a fala de Eduardo Lopes, presidente do PRB (partido ao qual Crivella é filiado). No excerto, o presidente do PRB afirma que são os adversários de Crivella que misturam política e religião. Essa formulação encontra-se em

³⁷ Discutimos a noção de pré-construído no capítulo anterior.

relação de paráfrase com o excerto 26, o qual mostra, por meio da fala de Crivella, que “eles [seus adversários] inventam essa conversa, esses boatos”, o que produz um efeito de sentido segundo o qual os que falam da relação entre Crivella e a IURD fazem “boatos”. O termo “boato” funciona, no excerto em questão, como uma forma de desacreditar a fala dos adversários de Crivella, pois, segundo certo efeito de memória, “boatos” não são verdadeiros e não merecem credibilidade.

A seguir, analisamos trechos de uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo*³⁸, que trata de um vídeo no qual Crivella fala de sua entrada na política.

- (34) Crivella diz em vídeo que foi **forçado** pela Universal a entrar na política (O GLOBO, 21/10/2016 - Grifo nosso)
- (35) O candidato do PRB a prefeitura do Rio **virou** senador em 2002 **não por sua livre e espontânea vontade, mas por determinação** da Igreja Universal – da qual é bispo licenciado e sobrinho do fundador Edir Macedo (O GLOBO, 21/10/2016 - Grifos nossos).
- (36) O **político-bispo** descreveu como apoiou a expansão das agremiações evangélicas. “Quando me tornei senador, pastores de todas as igrejas passaram a me procurar com problemas no Exterior”. Foi aí que diz ter recorrido diretamente a Lula. (O GLOBO, 21/10/2016 – Grifo nosso).

A referida reportagem trata, inicialmente, da vida política do candidato, destacando a eleição de Crivella ao senado, em 2002. Verificamos, no uso do verbo “virar”, um enunciado que faz funcionar o efeito de sentido de que a eleição de Crivella foi uma coisa inesperada, abrupta, inusitada. Vemos também que o enunciado “mas por determinação da Igreja Universal”, funciona, no excerto sob análise, numa relação de contrajunção com “não por sua livre e espontânea vontade”, o que indica duas coisas: i) que Crivella não queria ser senador; ii) que Crivella é submisso às determinações da Igreja Universal. Isso retoma uma memória segundo a qual Crivella tem uma forte ligação com a IURD. Constatamos, assim, o funcionamento de um discurso que aponta para uma memória segundo a qual o, à época, candidato Marcelo Crivella é submisso à Igreja Universal do Reino de Deus, pois foi “forçado” pela IURD a entrar na política.

³⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/crivella-diz-em-video-que-foi-forcado-pela-universal-entrar-na-politica-20332091>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

No excerto 36, vemos, mais uma vez, como mostramos no segundo capítulo desta dissertação, a posição-sujeito político candidato fortemente associada à posição-sujeito religioso, pois Crivella é chamado de “político-bispo”. Notamos, neste caso, que o discurso materializado no texto sob análise retoma, por uma ação da memória sobre a atualidade, a relação de Marcelo Crivella com a religião, pois, além de ser chamado de “político-bispo”, o próprio Crivella mostra sua relação com a religião, quando diz que, quando se tornou senador, pastores de todas as igrejas passaram a procurá-lo. Aqui, a própria fala de Crivella funciona como um argumento de autoridade para mostrar a relação do referido sujeito com o campo religioso. Além disso, o final da “fala” de Crivella indica que ele era procurado para resolver questões de ordem política e recorria a Lula, à época Presidente da República.

Vimos na análise que, assim como nos dados referentes à campanha de 2014, há uma discursivização da relação de Crivella com a religião. O referido sujeito político é apresentado como autoridade religiosa, e não apenas como um candidato, além disso, ele (Crivella) é discursivizado como alguém que tem um “vínculo de sangue” com o dono da Igreja Universal, Edir Macedo, e tal vínculo causa rejeição. Verificamos também a discursivização da omissão da ligação de Crivella com a IURD que foi, de certa forma, inútil, pois Crivella ter-se licenciado da IURD não apaga seu vínculo com a referida Igreja. Além disso, a relação de Crivella com a IURD é apresentada como uma constante na vida do candidato, pois o mesmo, por ser sobrinho do dono da referida instituição religiosa é comparado ao arcebispo D. Orani, importante figura da Igreja Católica, não sendo assim um evangélico qualquer.

3.3.1.2 A Universal e o PRB: uma relação político-partidária

Neste tópico, analisamos a discursivização da relação do Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido ao qual Marcelo Crivella é filiado, com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A partir da coleta e seleção dos dados analisados nesta dissertação, verificamos, que em diversos textos divulgados na/pela mídia, há uma discursivização acerca da ligação do PRB com a Universal. Sendo assim, as análises que empreendemos aqui visam verificar quais efeitos de sentido são produzidos e qual memória é retomada/reconfigurada nos excertos analisados. Vejamos alguns excertos e, posteriormente, apresentamos a análise dos mesmos.

(37) RIO- Mais votado na disputa pela prefeitura do Rio no primeiro turno, o **senador Marcelo Crivella afastou a Igreja Universal do Reino de**

Deus (Iurd) da sua biografia, mas a igreja não se afastou do PRB, partido do candidato[...] (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).

- (38) **Na Câmara Municipal, já eram vereadores do PRB Tânia Bastos, que em sua biografia no site do Legislativo não menciona a Igreja Universal**, e João Mendes de Jesus, que ao contrário relata em detalhes sua própria trajetória como bispo e pastor, desde 1996. No domingo, 2, foi eleito Bispo Inaldo Silva, que, na Universal, exerce a missão de pregar em diferentes denominações evangélicas (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).
- (39) **Na câmara dos Deputados, são do PRB-RJ e da Universal** os deputados Roberto Sales e Rosângela Gomes, candidata derrotada à prefeitura de Nova Iguaçu (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).
- (40) **“Na sociedade há várias opções de religião e o Crivella está concorrendo a prefeito da cidade, não a ser autoridade religiosa do Rio de Janeiro”**, diz o presidente do partido [...] (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifo nosso).

Os excertos acima são recortes de uma reportagem do jornal *Estadão*³⁹. Verificamos aqui que a discursivização da relação de Crivella com a Igreja Universal se estende à relação do partido político ao qual Crivella é filiado. No excerto 37, a expressão em destaque “o senador Marcelo Crivella afastou a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) da sua biografia, mas a igreja não se afastou do PRB, partido do candidato”, produz um efeito de sentido segundo o qual a relação da Igreja com o PRB se dá no mesmo nível da relação de Crivella com a referida instituição.

No excerto 38, o jornal aborda a questão da omissão da Igreja Universal da biografia de um candidato do mesmo partido, no caso, a vereadora Tânia Bastos. Isso mostra que a ligação do PRB com a IURD não diz respeito apenas a Crivella, mas também a outros membros do partido. Há, portanto, há materialização de um efeito de sentido segundo o qual há uma forte ligação do partido político com a instituição religiosa, o que pode ser confirmado no excerto 39, quando são citados dois deputados que são **do PRB e da Universal**.

Tudo isso mostra que, na materialidade discursiva sob análise, é importante destacar a ligação entre esses dois “grupos”, ou mesmo mostrar que não se trata de dois grupos (membros da IURD e políticos do PRB), mas de um único grupo: os políticos que são membros da IURD. Essa discursivização produz o efeito de sentido de que a relação entre os políticos do PRB e a IURD é uma regularidade, é algo que se repete.

³⁹ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,crivella-omite-universal-de-biografia,10000080762>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

O excerto 40, confirma essa discursivização ao afirmar que o presidente do partido enfatiza que Crivella está concorrendo a uma cargo político e não a ser uma autoridade religiosa, o que mostra que há uma negação polêmica, e também que a expressão “autoridade religiosa” é usada para substituir “prefeito”, reafirmando a circulação desse discurso segundo o qual os membros de igrejas que assumem cargos políticos continuam a serem a associados à posição-sujeito religioso, o que faz com sejam considerados não como associados à posição-sujeito político, mas como religiosos que assumiram cargos políticos.

Os excertos a seguir fazem parte de um mesmo texto publicado pela revista *Carta Capital*, cujo título é “Crivella e a Igreja Universal”⁴⁰, e que trata da relação de Crivella com a referida igreja. Nos excertos, destaca-se o número de componentes do PRB que tem alguma ligação com a IURD e com a TV Record, ambas do tio de Crivella, Edir Macedo.

(41) **Crivella é senador e candidato pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), braço político da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).** Além de **uma poderosa rede de templos faraônicos** (Crivella fala das suas “100 obras registradas” como engenheiro, e a verdade é que foram 84, das quais 75 são templos da Universal), também tem um canal de televisão, um jornal, uma gráfica, aviões, passaportes diplomáticos, **uma espécie de “Militantes da fé”** (os “**Gladiadores do Altar**”), ministérios e representantes nos parlamentos federal, estaduais e municipais (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifos nossos).

Aqui, verificamos que o PRB é discursivizado como o “braço político da Igreja Universal do Reino de Deus”, o que faz funcionar uma memória segundo a qual o partido auxilia a referida igreja, e o fato de Crivella ser candidato por este partido reforça sua ligação com a igreja. Vimos também que os templos religiosos atribuídos a Crivella são definidos como sendo “uma poderosa rede de templos faraônicos”, o que faz funcionar uma memória acerca da referida expressão. No antigo Egito, os faraós eram reis que possuíam poderes absolutos na sociedade, tanto em questões políticas, quanto no que diz respeito a questões religiosas e econômicas. Sendo assim, pela ação da memória sobre atualidade, essa formulação produz o efeito de sentido de que o patrimônio de Crivella exerce um poder sobre a sociedade. O uso do adjetivo “poderosa” cria um efeito de intensificação em relação ao suposto domínio exercido pela “rede de templos faraônicos” de Crivella.

Além disso, a afirmação, entre parênteses, de que “Crivella fala das suas ‘100 obras registradas’ como engenheiro, e a verdade é que foram 84, das quais 75 são templos da

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-e-a-igreja-universal>>. Acesso em: 2 fev. fev. 2017.

Universal”, produz o efeito de sentido de que Crivella não é confiável, pois passa informações falsas, já que ele fala das suas “100 obras registradas”, sendo que, segundo o texto sob análise, foram 84 obras.

Além dos “templos faraônicos”, são citados, no texto, outros patrimônios atribuídos a Crivella, a saber: um canal de televisão, um jornal, uma gráfica, aviões, passaportes diplomáticos, e uma espécie de ‘Militantes da fé’ (os ‘Gladiadores do Altar’). Nesse último caso, a expressão “militantes” faz emergir uma memória segundo a qual o grupo defende uma certa ideologia, no caso, uma fé. Logo, isso faz funcionar o efeito de sentido de que o candidato, além de ser discursivizado como um faraó, comanda grupos que militam em favor de uma causa de interesse da sua igreja.

Vejamos os próximos excertos:

- (42) O PRB tem 17 deputados federais, 4 deputados estaduais no Rio de Janeiro e 3 vereadores na capital, **e nada menos que 11 desses 24 parlamentares são bispos ou pastores da Igreja Universal** (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifo nosso).
- (43) Outros quatro parlamentares do PRB são pastores de outras igrejas neopentecostais, que têm em comum com a IURD **sua agenda fundamentalista e contrária aos direitos da população LGBT e outras minorias**.
E ainda tem mais: seis dos 24 parlamentares do PRB, eram, antes de ser candidatos, apresentadores ou diretores da TV Record, **também propriedade do bispo Edir Macedo, tio de Crivella**.
 Quer dizer: o que os números mostram é que para ser candidato pelo partido de Crivella, é necessário ser funcionário da igreja ou do canal de televisão da holding (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifo nosso).
- (44) Dois dos quatro deputados estaduais e dois dos três vereadores do PRB **são bispos da IURD**, um dos deputados estaduais já foi **apresentador da TV Record**, a quarta deputada estadual **teve sua campanha organizada pela igreja** e a terceira vereadora contratou como chefe de gabinete, no primeiro mandato, **uma pessoa citada em investigações da Polícia Federal como suposto “laranja” no processo de compra da Record** (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifo nosso).
- (45) E o que acontece com as autoridades do partido? O presidente nacional da legenda era **o próprio** bispo pereira, que pediu licença para integrar o governo. **E quem o substituiu na presidência? Eduardo Lopes, ex-diretor da Folha Universal, o jornal da Igreja. O tesoureiro do partido também é da Universal** (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifo nosso).

Os excertos 42, 43, 44, e 45 destacam em números a quantidade de parlamentares do PRB que são bispos, pastores ou exercem alguma função dentro da IURD. Além disso,

destacam também a ligação destes com a TV *Record*, emissora de televisão que pertence a Edir Macedo. Dessa forma, verificamos que a discursivização do PRB e sua ligação com a Igreja Universal faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual a IURD é apresentada como uma instituição político partidária, pois, como lemos no excerto 43, “o que os números mostram é que para ser candidato pelo partido de Crivella, é necessário ser funcionário da igreja ou do canal de televisão da holding”. Ainda no excerto 43, vimos que o enunciador faz o uso da expressão “nada menos”, para se referir ao número de parlamentares que são bispos ou pastores da Igreja Universal. Tal expressão marca uma avaliação que atribui certo grau de intensidade ao que está sendo tratado.

No excerto 43, quando lemos que “outros quatro parlamentares do PRB são pastores de outras igrejas neopentecostais, que têm em comum com a IURD sua agenda fundamentalista e contrária aos direitos da população LGBT e outras minorias”, vemos a materialização de um discurso segundo o qual o PRB é um partido cuja maioria de seus membros tem vínculo com alguma instituição religiosa. Como vimos, no excerto 42, onze dos vinte e quatro parlamentares filiados ao partido são bispos ou pastores da Universal, e o excerto 43 mostra que outros quatro parlamentares são pastores de outras igrejas neopentecostais. Isso indica que mais da metade dos parlamentares do partido tem vínculo com igrejas neopentecostais.

Além disso, ainda segundo o que se encontra materializado no texto sob análise, as outras igrejas neopentecostais (às quais os outros parlamentares pertencem) têm em comum com a Igreja Universal a agenda fundamentalista e contrária aos direitos da população LGBT e de outras minorias. Tudo isso faz funcionar um efeito de sentido de que o PRB, de certa forma, defende os mesmos princípios que as igrejas neopentecostais, ou seja, tem uma agenda fundamentalista e contrária às minorias e aos grupos LGBTs. Nesse mesmo excerto, o enunciador *Carta Capital* recorre a uma expressão avaliativa, “e ainda tem mais”, para mostrar que “seis dos 24 parlamentares do PRB, eram, antes de ser candidatos, apresentadores ou diretores da TV Record, **também** propriedade do bispo Edir Macedo, tio de Crivella”. Aqui, o operador “também” funciona como um elemento argumentativo, pois produz o efeito de que a IURD tem muitos de seus membros como participantes do PRB.

No excerto 44, verificamos que tanto o PRB quanto a TV Record são apresentados como estando vinculados a escândalos de corrupção, o que, mais uma vez, compromete a IURD, fazendo funcionar uma memória segundo a qual a referida instituição religiosa e os políticos a ela ligados, incluindo aí Marcelo Crivella, são também corruptos. Por fim, no excerto 45, há mais um enunciado que busca mostrar a ligação de membros dos PRB com a

Igreja Universal, pois afirma, por meio do uso de uma expressão referencial definida (o próprio), que “o presidente nacional da legenda era o próprio bispo Pereira, que pediu licença para integrar o governo” e foi substituído por alguém que também tem uma ligação com a IURD, no caso, o ex-diretor do jornal da Igreja, *Folha Universal*. Além disso, o texto diz, que, o tesoureiro do PRB, o qual, por um efeito da memória sobre a atualidade, é considerado alguém que assume um cargo de confiança no partido, é da Igreja Universal, o que reforça o discurso segundo o qual o referido partido possui uma forte relação com a IURD. Tal relação é, por meio de implícitos (as expressões avaliativas como “nada menos” e “e ainda tem mais”, dos excertos 42 e 43 respectivamente; a expressão metadiscursiva “quer dizer”, do excerto 43; as perguntas retóricas do excerto 45), colocada sob suspeição no/pelo texto sob análise.

Verificamos, neste tópico, que há uma discursivização da Igreja Universal como uma instituição político-partidária, pois a relação de Crivella com a IURD se estende ao partido ao qual é filiado. Mesmo que Crivella tenha buscado omitir sua relação com a igreja, isso não a afastou do PRB, uma vez que, um grande número de parlamentares pertence a alguma instituição religiosa, sobretudo a Igreja Universal. Além disso, em uma das análises, o partido é apresentado como o “braço político” da Igreja Universal, o que reforça ainda mais tal ligação.

3.3.1.3 A discursivização de um plano de poder da Igreja Universal

Neste tópico, analisamos como a mídia tratou da campanha de Crivella como uma estratégia política da Universal. Os recortes que foram selecionados para esse momento mostram que, em alguns momentos, a campanha de Crivella foi discursivizada como uma estratégia de Edir Macedo para colocar em prática o seu “plano de Poder”. Salientamos, ainda, que alguns excertos que compõem os dados aqui analisados pertencem a reportagens feitas após as eleições, isto é, quando Crivella foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira análise realizada nesse tópico, que apresenta um excerto de uma reportagem da revista *Veja*⁴¹, mostra que há o funcionamento de um discurso segundo o qual Crivella queria o cargo como parte de um projeto da Igreja Universal.

(46) Senador e bispo licenciado, candidato **nega que quer o cargo como parte de um projeto de poder da Igreja Universal** (VEJA, 26/09/2016 – Grifo nosso).

⁴¹ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/nao-posso-ser-prefeito-por-ser-evangelico-questiona-crivella/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Verificamos aqui que Crivella é definido como senador e bispo licenciado. Embora essa definição apareça em outros excertos de outras reportagens que analisamos, aqui essa expressão assume um efeito de sentido diferente, ou seja, o sujeito enunciador, antes de dizer que o candidato nega que quer o cargo como parte de um plano de poder, enfatiza que Crivella já tem ou teve alguma ligação com a Igreja Universal. Isto é, busca mostrar que há um vínculo do candidato com a igreja, mesmo que licenciado, e esse vínculo o coloca como parte de um plano político da referida instituição religiosa. Além disso, ao afirmar que Crivella nega que quer o cargo como “um projeto de poder”, o texto faz funcionar um pré-construído segundo o qual existe um projeto de poder da Igreja Universal⁴². Vejamos, agora, mais dois excertos⁴³:

(47) **O problema não é “a religião do prefeito”** que é uma questão de foro íntimo – **mas o perigo de** eleger um prefeito que queira fazer do Estado uma extensão de sua Igreja, para beneficiá-la por meio da máquina pública e impor seus dogmas ao conjunto vida população (CARTA CAPITAL – 25/10/2016).

(48) Ele **confessou** publicamente que entrou na política por decisão da Igreja Universal (**aliás, ele disse que, quando a igreja ordena que ele faça, ele não discute**) e que o objetivo deles é eleger um presidente evangélico que “trabalhe pelas igrejas” e “evangelize todo o mundo”. **O plano político da Universal está escrito, aliás, em num livro de Edir Macedo intitulado “Plano de Poder”** (CARTA CAPITAL – 25/10/2016 – Grifo nosso).

Nos excertos acima, verificamos que o texto aponta a existência de um problema, caso Crivella fosse eleito. Esse problema, segundo a reportagem, não é “a religião do prefeito”, que é uma questão pessoal, mas usar o cargo político para beneficiar uma igreja, no caso, a Igreja Universal do Reino de Deus, e impor seus dogmas à população. Nesse caso, vemos que a formulação “a religião do prefeito” é colocada entre aspas, o que lhe confere um efeito de distanciamento do enunciador em relação à expressão aspeada.

Mesmo considerando importante destacar que é uma questão pessoal, o texto enfatiza, por meio das aspas, que o problema, o que indica que existe um problema, “não é ‘a religião do prefeito’”. Esse enunciado produz um efeito de contradição, pois é como se houvesse dois discursos em cena: um segundo o qual a religião do prefeito é uma questão pessoal dele, e

⁴² Apresentamos o conceito de pré-construído no capítulo anterior.

⁴³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-e-a-igreja-universal>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

outro segundo o qual é necessário enfatizar/destacar questões relacionadas à “religião do prefeito”. Há ainda outro efeito, ao fazer referência à religião do prefeito, o texto cria o pré-construído de que o prefeito tem religião, o que, devido a um efeito da memória sobre a atualidade, pode ser considerado um problema, uma vez que para certo discurso política e religião não devem se misturar. Segundo esse discurso, não se espera que alguém que exerça o cargo de prefeito, possa, desse lugar de prefeito, defender uma religião. Talvez, por isso, falar na “religião do prefeito” deixe de ser uma questão de foro íntimo. Por fim, aspear a expressão “a religião do prefeito” pode também ser uma forma de indicar que, por mais que negue, Crivella tem uma religião. Nesse caso, enfatiza-se tal afirmação para que o leitor não se esqueça disso, apesar de o próprio Crivella fazer questão de não “lembrar” desse fato.

No excerto 48, há a retomada de uma afirmação feita pelo próprio Crivella, a de que seu ingresso na vida política se deu por decisão da IURD. O uso do verbo “confessar” faz funcionar uma memória acerca da afirmação, ou seja, quem confessa é porque reconhece a responsabilidade da ação e admite a própria culpa. Sendo assim, ainda segundo o que aparece discursivizado no excerto, o fato de Crivella reconhecer que a Igreja Universal é responsável por sua entrada na política, e confessar isso publicamente, faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual Crivella é submisso à Igreja Universal do Reino de Deus, pois, “ele disse que o que a igreja, ordena ele não discute, ele faz”. Esse trecho aparece entre parênteses, precedido pelo operador argumentativo “aliás”, o qual serve, aqui, para introduzir um acréscimo ao que foi dito anteriormente.

Nesse caso, acrescenta-se uma espécie de adendo à afirmação de que a Igreja Universal é a responsável pelo ingresso do candidato na vida pública, além de ordenar o que ele deve fazer. E esse adendo diz respeito ao fato de ele mesmo ter confessado isso. Dessa forma, constata-se um efeito de sentido segundo o qual a Igreja Universal dá as ordens a Crivella que, sem discutir, apenas obedece, o que reafirma uma suposta submissão.

Vejamos, agora, mais dois excertos da revista *Carta Capital*⁴⁴:

(49) Ele gosta de falar da época em que foi “missionário” na África, **mas** esquece de contar o que ele fazia naquele continente: combatia o catolicismo e as religiões de matriz africana para **implantar a igreja de Edir Macedo** (CARTA CAPITAL, 25/10/2016 – Grifo nosso).

(50) O prefeito é o primeiro da igreja **a ganhar terreno para o “projeto de nação” defendido pelo bispo Edir Macedo** (CARTA CAPITAL, 30/10/2016 – Grifo nosso).

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-eleito-no-rio-a-vitoria-politica-da-universal>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

Os excertos 49 e 50, que fazem parte de reportagens distintas, ambas publicadas pela revista *Carta Capital*, abordam a mesma questão. Os dois tratam do “projeto de nação” defendido pelo tio de Crivella, Edir Macedo. Verificamos que, em 49, há o funcionamento de um efeito de sentido segundo o qual a função de um “missionário” é implantar a igreja da qual faz parte. Constatamos, aqui, que a expressão “implantar” aparece em uma relação de contrajunção com “combater”, isto é, ao mesmo tempo em que combatia o catolicismo e as religiões de matriz africana, Crivella implantava a igreja de Edir Macedo.

Além disso, a afirmação, presente no texto, de que Crivella “gosta de falar da época em que foi missionário na África”, mas não conta o que fez naquele continente, produz o efeito de sentido de que o fato de Crivella apenas gostar de falar que foi missionário, mostra que ele procura esconder esse seu “outro lado”, em uma tentativa de se distanciar da igreja de Edir Macedo. Além do mais, o uso da conjunção adversativa “mas”, a qual indica que há uma relação de oposição entre o que foi dito antes e o que será apresentado em seguida, aponta para uma dificuldade do candidato de se distanciar da imagem de religioso.

O excerto 50 faz parte de uma reportagem publicada no dia seguinte ao segundo turno das eleições municipais, quando Crivella se tornou Prefeito do Rio de Janeiro. Constatamos que o enunciador trata a vitória de Crivella na disputa eleitoral como uma conquista para colocar em prática o suposto “projeto de nação” de Edir Macedo. Vimos também que, em “O prefeito é o primeiro da igreja”, o uso do numeral ordinal “primeiro” faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual outros membros da igreja querem “ganhar terreno” para que o projeto de Edir Macedo obtenha êxito. O “projeto de nação” de Edir Macedo é apresentado, segundo os excertos a seguir, em um livro publicado em 2008, cujo título é “Plano de poder”.

- (51) **A estratégia eleitoral da igreja foi esboçado pelo bispo Edir Macedo**, tio de Crivella, em livro publicado em 2008, quando **defendeu um “projeto de nação” para os evangélicos** e a defesa do engajamento dos fiéis na **conquista de espaço no terreno político nacional** (CARTA CAPITAL, 30/10/2016 – Grifo nosso).
- (52) **O líder da Universal lançou naquele ano o livro “Plano de poder”, obra que servia ainda como capítulo ideológico à parte do estatuto do PRB, partido criado por lideranças da Universal** em 2005 com o apoio do então presidente Lula e seu vice, José de Alencar, primeiro presidente de honra da legenda (CARTA CAPITAL, 30/10/2016 – Grifo nosso).
- (53) [...] o texto de Macedo se apresentou como um **testamento político para o alicerce de uma** militância político-partidária vocacionada **“para que o plano de Deus se realize”** sem **“pudor de mexer com a**

política". Macedo afirmava que **"tudo é uma questão de engajamento, consenso e mobilização dos evangélicos"** para viabilizar candidatos alinhados com a Universal. **"Nunca em nenhum tempo da história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-los de forma incisiva a participar da política nacional"**, defendeu o bispo (CARTA CAPITAL, 30/10/2016 – Grifo nosso).

Segundo o que se encontra materializado nos excertos 51, 52 e 53, a campanha de Crivella foi uma estratégia eleitoral da Igreja Universal que foi esboçada por Edir Macedo em um livro no qual Macedo apresenta um "projeto de nação". Ainda segundo o texto sob análise, essa estratégia de Macedo tem como objetivo alcançar espaço no terreno político nacional. No excerto 52, o livro "Plano de poder é apresentado por meio da explicativa "um capítulo ideológico à parte do PRB", que produz um efeito de memória acerca da referida expressão, segundo a qual, o PRB tem uma ideologia a ser defendida, e o fato do "capítulo ideológico" do Partido vir a ser um livro que defende, ainda segundo o discurso materializado nos excertos, um "plano de poder", produz o efeito de sentido de que o PRB também defende esse suposto "plano de poder". Assim, verificamos o funcionamento de um efeito de sentido segundo o qual a candidatura de Crivella foi uma estratégia para colocar em prática o desejo de conquista vinculado a um projeto maior.

O excerto 53, traz trechos do próprio livro de Macedo, que é apresentado, no texto sob análise como se fora um testamento político que serve de base para uma militância político-partidária. Verificamos, assim, que o termo "testamento" produz um efeito de sentido que retoma uma memória segundo a qual existe uma comprovação de que há uma militância político-partidária vocacionada.

Neste último tópico, vimos que há uma discursivização de que a vitória política de Crivella faz parte de um projeto de poder da Igreja Universal do Reino de Deus, cujo objetivo é conquistar terreno para pôr em prática um suposto projeto de nação. Para confirmar tais afirmações, são apresentados trechos do livro de Edir Macedo, cujo título é, como já dissemos, "Plano de Poder". Nas partes do livro que são apresentadas na/pela reportagem sob análise o autor trata de uma militância político partidária como base para pôr em prática o suposto projeto de poder da IURD. Assim, a vitória de Crivella é discursivizada como uma vitória também da Igreja Universal do Reino de Deus e de Edir Macedo.

3.4 Sobre a discursivização midiática das campanhas eleitorais de Marcelo Crivella

Nas análises, verificamos o funcionamento de vários discursos em relação ao sujeito político Marcelo Crivella, nas eleições estaduais em 2014. Primeiramente, constatamos que há a construção de uma imagem de Crivella, por parte da mídia e de seus adversários, que o associa a Edir Macedo e à Igreja Universal do Reino de Deus. Além disso, as análises mostraram o funcionamento de um discurso que aponta para uma relação entre política e religião que precisa ser negada. A Igreja Universal é vista como uma instituição religiosa que visa benefícios econômicos, e Crivella, enquanto sujeito político e sobrinho do principal líder dessa instituição, é visto como alguém que vai usar seu cargo público em função da igreja ou da religião.

No que se refere às eleições de 2016, as análises mostraram que a campanha de Crivella foi discursivizada também com base na relação do referido sujeito político com a IURD. Os excertos analisados mostraram, por meio de diferentes discursos, que a imagem de Crivella se constrói a partir da sua relação com a igreja fundada pelo seu tio, Edir Macedo. No primeiro tópico que analisamos, vimos que a ligação de Crivella com a IURD foi discursivizada por parte da mídia a fim de enfatizar o vínculo familiar de Crivella com Edir Macedo. No segundo tópico, constatamos que o PRB é discursivizado como o partido que pertence à Universal, fazendo funcionar um efeito de sentido segundo o qual a IURD é uma instituição político-partidária. E, por fim, no terceiro tópico, analisamos um suposto “plano de poder”, elaborado por Edir Macedo para conquistar terreno nacional e implantar sua igreja. Vimos, assim, mais uma vez, o funcionamento de um discurso segundo o qual a Igreja Universal do Reino de Deus tem objetivos que vão além do campo religioso. Tudo isso faz funcionar uma memória segundo a qual a relação entre política e religião deve ser evitada.

4 CONCLUSÃO

Conforme dissemos, na introdução desta dissertação, a inserção de pessoas ligadas ao meio religioso é algo cada vez mais recorrente na política brasileira. Vimos, em 2016, a vitória de um candidato evangélico, ligado a uma conhecida instituição religiosa, eleito em uma grande metrópole. Contatamos, durante a campanha de Marcelo Crivella em 2016, que existiu um jogo de aproximação e distanciamento da imagem de Crivella da imagem do líder da Igreja Universal do reino de Deus, Edir Macedo. Aproximação feita, por um lado, por grande parte da mídia, que enfatizou o posicionamento do candidato em anos anteriores em relação a assuntos como a questão de LGBT, e as religiões de matriz africana, investigando seu passado e trazendo à tona fatos que supostamente comprometeriam sua imagem como sujeito político.

Além disso, houve um distanciamento feito por parte dos marqueteiros da campanha de Crivella, a fim de que houvesse uma separação da imagem do político da imagem de religioso (bispo) e sobrinho do dono da Igreja Universal. Esse jogo entre candidato e mídia permitiu-nos uma reflexão acerca da participação de religiosos na política. Durante a seleção e catalogação do *corpus*, verificamos que a campanha de Crivella em 2014, quando o candidato disputava o cargo de governador, era muitas vezes mencionada nas reportagens de 2016, o que levou a analisar a campanha de Crivella em 2014 também.

A partir das análises dos excertos retirados de reportagens que tratavam das campanhas de Marcelo Crivella, e que foram veiculados na mídia em 2014 e em 2016, tentamos responder as seguintes perguntas: Quais efeitos de sentido emergem das reportagens (matérias jornalísticas, notícias, artigos de opinião) que tratam das candidaturas de Marcelo Crivella ao governo e à prefeitura do Rio de Janeiro? Qual memória é retomada/reconfigurada por essas matérias jornalísticas? Para responder tais questões, levantamos duas hipóteses: i) a imagem política de Marcelo Crivella se apresenta com base na relação com a IURD e, conseqüentemente, com o seu tio Edir Macedo, ii) jogo entre afirmação e negação da relação da imagem de Crivella com a IURD deve-se a um funcionamento discursivo na sociedade, que remete a uma memória, que condena o vínculo entre política e religião.

O nosso *corpus* foi constituído por textos (reportagens, notícias, etc.), veiculados em diversos jornais e revistas, todos em suas versões *on-line* e que circularam na mídia brasileira em 2014 e em 2016 (mais especificamente nos meses de setembro e outubro de 2014, e nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016), que tratavam das campanhas eleitorais de Marcelo Crivella nos respectivos anos. Analisamos, portanto, 31 textos/reportagens/notícias

que abordam as referidas campanhas, divididos em 53 excertos, ao longo de dois capítulos, os quais foram também divididos em diferentes subtópicos.

No primeiro capítulo de análise, discutimos a relação entre posições-sujeito e efeitos de sentido. Buscamos, a partir das análises, identificar quais as posições-sujeito assumidas por Crivella durante as campanhas eleitorais de 2014 e de 2016, respectivamente. Além disso, analisamos quais efeitos de sentido eram produzidos na/pela mídia durante as referidas campanhas.

No segundo capítulo de análise, verificamos como uma parte da mídia discursivizou as posições-sujeitos identificadas no capítulo anterior, com base na relação entre efeitos de sentido e efeito de memória. Para tanto, discutimos as noções de memória e discurso conforme trabalhado na AD francesa para realizamos as análises e aplicarmos os conceitos.

Ao analisarmos as posições-sujeito identificadas em relação a Crivella, vimos que o político assume duas posições-sujeito. Isto é, trata-se de uma identificação ora com o político, ora com o religioso. Essa dupla identificação é possível, pois, conforme vimos, a relação de Crivella com a Igreja Universal e com Edir Macedo, assim como a trajetória religiosa do candidato, é vista, em alguns casos, como algo negativo para a carreira política do candidato. Sendo assim, Crivella se identifica na posição-sujeito político para se distanciar da imagem religiosa e, conseqüentemente, ter uma boa imagem política, pois “reconhece” a necessidade de se desvincular da vida religiosa.

Verificamos, dessa forma, que a identificação de Crivella com a posição-sujeito religioso ocorre quando ele realiza ações que o vinculam a esta posição, como atuar em favor de temáticas religiosas, usar o perfil religioso para conquistar o eleitorado evangélico. Contudo, apesar de estar identificado em tal posição, Crivella buscava se desvincular de temas religiosos, para reduzir sua rejeição. Isso mostra, por meio de um pré-construído, que religião e política não devem se misturar.

Verificamos também, que essa dupla identificação (posição-sujeito político e posição-sujeito religioso) mostra, em algumas das reportagens analisada, que há um conflito entre as duas posições sujeito. Esse conflito foi espetacularizado pela mídia que, conforme defende Fonseca-Silva (2007; 2009), é um lugar de memória discursiva bem como instrumento de espetacularização.

Além disso, vimos também que Crivella, quando subjetivado na posição-sujeito político é discursivizado como um político que possui certas qualidades que o tornam apto a exercer um cargo público. No entanto, essas supostas qualidades são conseqüências da trajetória de pastor e de bispo. Isso mostra uma similaridade entre essas duas posições-sujeito

(sujeito político e sujeito religioso), pois a suposta capacidade retórica do senador, adquirida durante sua trajetória religiosa, contribui para sua trajetória como sujeito-político.

As análises sobre a discursivização das campanhas de Crivella, que realizamos no terceiro capítulo desta dissertação, mostraram o funcionamento de vários discursos funcionando em relação ao sujeito Marcelo Crivella. Vimos que há o funcionamento de um discurso que mostra uma vinculação de temas religiosos à campanha de Crivella, e, em consequência, a necessidade de negar tal vinculação. Verificamos também que a relação de Crivella e o tio Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, é apontada como uma relação de submissão, sendo a eleição de Crivella uma estratégia política da IURD, apresentada, nos excertos analisados, como uma instituição religiosa que visa benefícios econômicos e políticos. Dessa forma, Crivella, enquanto sobrinho do dono da IURD, é visto como alguém que vai usar o cargo público em função da religião e/ou da igreja. Além disso, o partido ao qual Crivella é vinculado é discursivizado como um partido que pertence à IURD, e faz parte de um suposto “plano de poder” elaborado por Edir Macedo para conquistar espaço na política.

Diante do exposto, salientamos que as nossas hipóteses foram comprovadas, uma vez que, a imagem política de Marcelo Crivella foi apresentada nas/pelas reportagens analisadas com base na relação de Crivella com Edir Macedo e/ou com a trajetória política do candidato. Vimos que Crivella é identificado ora na posição-sujeito religioso, ora na posição-sujeito político, devido ao vínculo que tem com Edir Macedo e a trajetória religiosa do referido político na Igreja Universal. Todavia, a identificação de Crivella como sujeito religioso foi, nas matérias jornalísticas aqui analisadas, apresentada como algo negativo, prejudicial às campanhas políticas do, até então, candidato, levando-o a negar que tinha/tem relação com a vida religiosa. Isso ocorre porque há, na sociedade, um funcionamento discursivo, que remete a certa memória, que condena o vínculo entre política e religião, o que confirma também nossa segunda hipótese, qual seja, a de que o jogo entre afirmação e negação da relação da imagem de Crivella com a IURD deve-se a um funcionamento discursivo na sociedade, que remete a uma memória, que condena o vínculo entre política e religião.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Nova Edição. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec/Annablume. 2002. Primeira Edição: 1929.
- BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard et al.. São Carlos: EdUFSCar, 2009. Primeira Edição: 1981.
- FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento Discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.
- FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.) **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista – BA: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Primeira edição: 1969.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Edição original: 1950.
- MACHADO, M. D. C. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos Lugares. **Projeto história**, n. 10, p. 7-28, dez, 1993. Primeira Edição: 1984.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: _____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158. Edição original: 1969.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1983a].

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010 [1983b]. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. Edição Original: 1975.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. Primeira Edição: 1978. p. 293-307.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. À propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993 [1975]. p. 163-252.

SILVA, E. G. **Os (des)encontros da fé**: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica. 2006. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2006.